

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

11 a 24 de Abril de 2017 | Nº 132 | Ano VI • Director: José Luís Mendonça •

Kz 50,00

ECO DE ANGOLA

Pág.
3-6

★15º aniversário dos Acordos do Lwena

DA GÉNESE DA GUERRA PARA A IDENTIDADE CULTURAL DE PAZ

Quer em termos da contextualização face à abnegação social, política e económica, como da sua extensão semântica, aquilo que reiteradamente se chama “conquista de paz” não se interpreta apenas com o fim das hostilidades militares desencadeadas entre as forças governamentais e as da UNITA.

A paz é compósita, considerando de “abnegação de cada um para todos e de todos para todos”, com vista à estabilidade psico-emocional da pessoa humana na sua dimensão integral. A economia da cultura será a nossa terceira grande prioridade, pois teremos de conseguir recursos para o programa ambicioso que aqui estou a anunciar para este ano”, disse a ministra em Cabinda.



Pág.
7 LETRAS

INGOMBOTA UMA ANÁLISE TOPONÍMICA

Geralmente, os especialistas defendem que o topónimo Ingombota significaria “local dos foragidos”. O termo seria composto de “ngômbo” (foragido, em kimbûndu) e de “kûta” (estabelecer-se, em kimbûndu). Com isso, percebe-se porque Ingombota foi tido por vários autores, Ladislau Batalha por exemplo, como “local dos escravos foragidos” (Batalha, 1889:12). Essa é a “Tradição” que chegou até nós.



Pág.
10-11 LETRAS

FUCKIN` GLOBO III REVOLUCIONA A CENA ARTÍSTICA

Com uma proposta irreverente, totalmente alternativa, ousada e independente, doze artistas e um colectivo participaram, de 26 a 30 Janeiro último, na terceira edição da amostra multidisciplinar de arte “Fuckin` Globo III”, na cidade de Luanda.

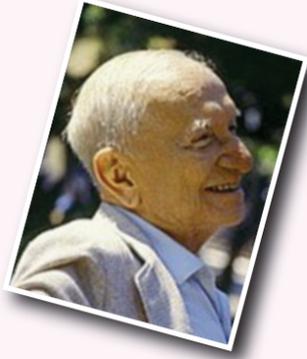
ARTES

Pág.
12

FESTIVAL ANGOLA VIS A VIS ESTREITA LAÇOS COM A ESPANHA

Doze bandas angolanas, doze promotores de música espanhola e dois vencedores terão a oportunidade de girar pelos melhores festivais na Espanha no Verão. Este poderia ser o resumo da oitava edição do Festival VIS a VIS, que este ano foi realizado em Luanda.

POEMAS DE MÁRIO QUINTANA



Recordo ainda...

VIII
(Para Dyonelio Machado)

Recordo ainda... e nada mais me importa...
Aqueles dias de uma luz tão mansa
Que me deixavam, sempre, de lembrança,
Algum brinquedo novo à minha porta...

Mas veio um vento de Desesperança
Soprando cinzas pela noite morta!
E eu pendurei na galharia torta
Todos os meus brinquedos de criança...

Estrada afora após segui... Mas, ai,
Embora idade e senso eu aparente
Não vos iluda o velho que aqui vai:

Eu quero os meus brinquedos novamente!
Sou um pobre menino... acreditai...
Que envelheceu, um dia, de repente!

Das Utopias

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!

As mãos de meu pai

As tuas mãos tem grossas veias como cordas azuis
sobre um fundo de manchas já da cor da terra
- como são belas as tuas mãos
pelo quanto lidaram, acariciaram ou fremiram da nobre cólera dos justos...
Porque há nas tuas mãos, meu velho pai, essa beleza que se chama simplesmente vida.

E, ao entardecer, quando elas repousam nos braços da tua cadeira predilecta,
uma luz parece vir de dentro delas...

Virá dessa chama que pouco a pouco, longamente, vieste alimentando na terrível solidão do mundo,

como quem junta uns gravetos e tenta acendê-los contra o vento?

Ah, como os fizeste arder, fulgir, com o milagre das tuas mãos!

E é, ainda, a vida que transfigura as tuas mãos nodosas...

essa chama de vida – que transcende a própria vida...

e que os Anjos, um dia, chamarão de alma.



Mário Quintana nasceu em 1906, na noite muito fria de 30 de Julho, na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul.

Obras publicadas: A Rua dos Cataventos, Canções, Sapato Florido, Espelho Mágico, O Aprendiz de Feiticeiro, A Vaca e o Hipogrifo, Esconderijos do Tempo, Pé de Pilão, poesia infante-juvenil. Na Introdução de Erico Veríssimo, lê-se: "...Descobri outro dia que o Quintana na verdade é um anjo disfarçado de homem. Às vezes, quando ele se descuida ao vestir o casaco, suas asas ficam de fora. (Ah! Como anjo seu nome não é Mário e sim Malaquias)...".

Publicou ainda Baú de Espantos, Da Preguiça Como Método de Trabalho, colectânea de crónicas, Preparativos de Viagem, caderno de confidências, reflexão do poeta sobre o mundo, Porta Giratória, escritos em prosa, sobre o quotidiano, a infância, a morte, o amor e o tempo, A Cor do Invisível e Velório sem Defunto.

Falece no dia 5 de Maio de 1994.

Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

Um jornal comprometido

com a dimensão cultural do desenvolvimento

Nº 131/Ano VI/ 11 a 24 de Abril de 2017

E-mail: cultura.angolana@gmail.com

site: www.jornalcultura.sapo.ao

Telefone e Fax: 222 01 82 84

CONSELHO EDITORIAL

Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

Editor:

Adriano de Melo

Secretária:

Ilda Rosa

Assistente Editorial:

Coimbra Adolfo (Matadi Makola)

Fotografia:

Paulino Damião (Cinquenta)

Arte e Paginação:

Jorge de Sousa

Alberto Bumba

Sócrates Simões

Edição online: Adão de Sousa

Colaboram neste número:

Angola: Adriano Mixinge, António Fonseca, Armindo Jaime Gomes, F. Tchikondo, Gildo Pimentel, Mário Pereira, Patrício Batsikama

Moçambique: Dany Wambire

Brasil: Mário Quintana

Espanha: Maria Senovilla

Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentar esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda

Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344

Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola

E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

Conselho de Administração

António José Ribeiro

(presidente)

Administradores Executivos

Victor Manuel Branco Silva Carvalho

Eduardo João Francisco Minvu

Mateus Francisco João dos Santos Júnior

Catarina Vieira Dias da Cunha

António Ferreira Gonçalves

Carlos Alberto da Costa Faro Molares D'Abril

Administradores Não Executivos

Olimpio de Sousa e Silva

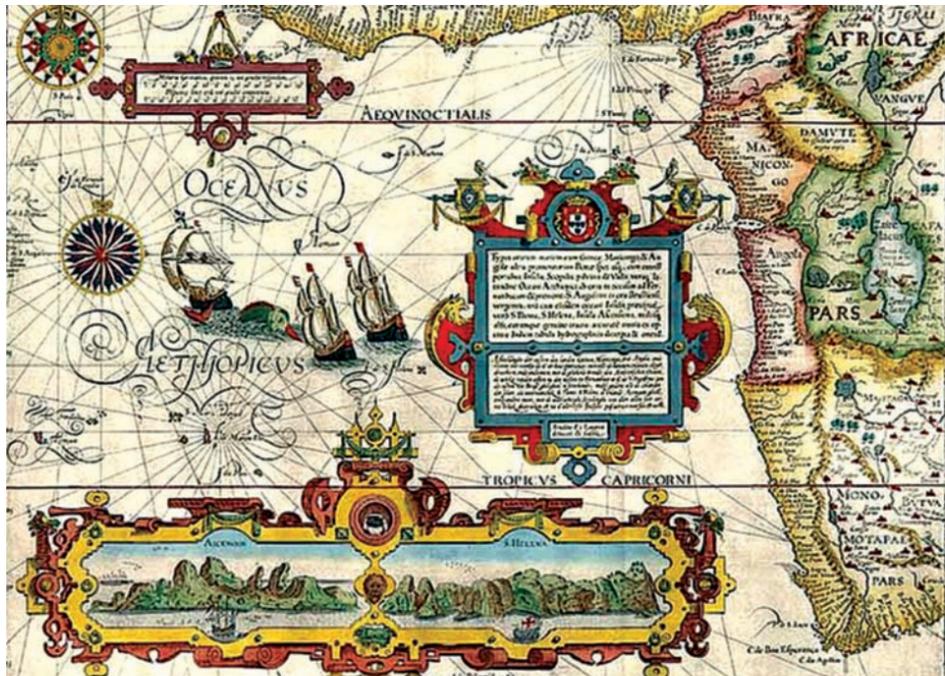
Engrácia Manuela Francisco Bernardo

15^o aniversário do Memorando de Entendimentos do Lwena (MEL)

DA GÉNESE DA GUERRA EM ANGOLA PARA UMA IDENTIDADE CULTURAL NACIONAL DE PAZ



ARMINDO JAIME GOMES



ARMINDO JAIME GOMES |

0. INTRODUÇÃO

Precisamente no momento em que se celebra o 15^o aniversário do Memorando de Entendimentos do Lwena (MEL), isto é 04/04/02, em resposta ao apelo das autoridades da Academia Militar do Exército do Lobito (AMEx), através da Cátedra de Antropologia & História de que somos membros, ousamos apresentar o nosso ponto de vista sobre uma realidade tão complexa, devido à controvérsia que decorreu da sua actualidade, razão porque anualmente, ao nosso nível, se recorda junto do corpo docente e cadetes das mais variadas especialidades.

Quer em termos da contextualização face à abnegação social, política e económica, como da sua extensão semântica, aquilo que reiteradamente se chama “conquista de paz” não se interpreta apenas com o fim das hostilidades militares desencadeadas entre as forças governamentais e as da UNITA. A paz é compósita, (cfr. MANUEL, 2014) considerando de “abnegação de cada um para todos e de todos para todos”, com vista à estabilidade psico-emocional da pessoa humana na sua dimensão integral.

Temos a convicção de que há aqueles que ainda carecem deste pressuposto realizado por várias razões. No entanto, como veritasodiumparit, o silêncio vem sendo também interpretado como expressão de paz. Muitos entre nós, não são arquitectos dela por carecermos de oportunidades práticas da cidadania pois, se em tempo de guerra todo o cidadão foi soldado, em tempo de paz, nem todo soldado é cidadão por não ter sido beneficiário abrangido em pleno dos resultados da “abnegação de cada um para todos e de todos para todos” limitados ao acesso

dos bens e serviços enquanto angolano.

Não sendo exclusivamente a ausência de guerra, a paz traduz a concórdia, o processo gerador de um clima (re)conciliador, estando em presença de um conceito bidimensional definível nas dimensões:

- (i) individual, com atitudes e procedimentos de concórdia;
- (ii) institucional, com responsabilidades de equilibrar e manter a harmonia colectiva.

Reflectir sobre o 04/04/2002, enquanto marco histórico do fim da guerra cível em Angola, equivale reflectir sobre a caracterização geral das estratégias coloniais de Angola perante as motivações internacionais. É desconstruir o cerne negativo que assenta na memorização desta data pois, torna-se compreensível o alcance efectivo desta paz que todos os nãos, a esta altura se fala.

Não sendo académico, o debate centrado exclusivamente sobre a data que gravita em torno do MEL, inventariando os ganhos administrativos da paz como tem acontecido, não ajudaria a perceber a essência do problema e muito menos, a possibilidade de validar o seu conteúdo para a formação de valores civilizacionais o que é a nossa missão.

A rejeição do mal, (CARVALHO, 2005:30), passa por “uma melhor focalização do processo histórico para a determinação das causalidades”. O autor quer com isto dizer que, a reiterada abordagem sobre os “os ganhos da paz” tende a desembocar numa mitologia administrativa de balanços ideológicos, amputando a obrigação didáctico-pedagógica do Estado angolano, particularmente dentre os compromissos da Academia Militar do Exército do Lobito.

Sugerimos que a desocultação e o debate dos acontecimentos que geraram a guerra civil em Angola durante 27 anos obedeça a métodos que ajudem a entender a dimensão da solução do problema e se desperte a contemporaneidade no sentido de se contornar tais opções, a priori estratégicas e a posteriori destruidoras. Acima de tudo, descortinar os elos que dividiram os angolanos em 27 anos (1975/2002) sem que signifique avivar as feridas, mas erradicar, de uma vez por todas, as moléstias de discórdia e transmitir, às mais jovens gerações, as informações estabilizadoras para que possam de pronto prevenir as dissensões com vista à sustentabilidade dos processos de democracia e plena cidadania.

1. GÉNESE E ESPECTRO DA GUERRA EM ANGOLA

Durante décadas Angola foi um país conhecido, essencialmente, por decorrências de guerras civis (GOMES, 2016:146), com consequências directas em que grande parte de angolanos tornada vítima foi culpabilizada pela sua persistência sem que houvesse consciência da sua génese o que pode ser feito recuando pela História até 1830. A esta altura, como é sabido, a Inglaterra suprimiu o comércio de escravos dos territórios ocupados, tendo passado ao controlo dos mares africanos e por volta de 1848, seguia-lhe a França. Enquanto isso, com o amparo do Estado, o capital Ocidental, reduzido em minas, energia, caminhos-de-ferro, etc., se organizava para a concorrência do novo mundo, especialmente os EUA.

Tratava-se de um nacionalismo económico Ocidental que levou à constituição de grandes impérios a exemplo da Casa KRUPP na Alemanha que, a partir de 1864 começou a gozar de ampla hegemonia na indústria de armamento a par das suas congéneres dos EUA, que após a II Guerra Mundial transformaram-se em empresas militares de direito privado intervindo na resolução de conflitos sob gestão da ONU.

Como se pode entender, nesta perspectiva, há um dilema, pois empresas de direito privado produtoras de armas de guerra passaram a contribuir para a resolução de conflitos armados sob gestão da ONU quando este é, de verdade, o campo fértil para o sucesso delas.

Ora, como caso particular na óptica de Portugal, lê-se em discurso de SALAZAR (1961:6) que “Angola como exemplo de uma obra de colonização atrasada, degradante para as populações e mesquinha para os territórios”,

era tomada pelos portugueses nas seguintes dimensões:

(i) mercado de mão-de-obra barata ao trabalho forçado, enquanto estratégia substituído tráfico de escravos a partir de 1850, pela introdução de obrigações e discriminação etnolinguística e sociocultural (cfr. CRUZ, 2006);

(ii) cidadãos requeridos por assimilação, ou assinando atestados de recusa da sua condição africana (Íd.);

(iii) indígenas que mais não tinham senão a obrigação de carregar o fardo de projectos coloniais (Ibid.);

Esta situação inflamou a propriedade privada através do individualismo e a consequente negação da identidade procedente.

(iv) estabelecimentos presidiários de reclusos metropolitanos, entre criminosos de toda ordem, mas soltos até ao século XIX, sob pretexto da necessidade do aumento da mão-de-obra engrossando o exército na «Pérola da Coroa Portuguesa», missão para a qual esses degredados ociosos não estavam preparados (cfr. DELGADO, 1945). Sobre o assunto Sousa Coutinho aferia em tais empreitadas (BENDER, 1976:95) “as suas mortes tornam-se mais úteis que as suas vidas”;

(v) garantia para a captação de investimentos estrangeiros já que Portugal enquanto monárquico e de conservadores liberais, não conseguiu com o tráfico de escravos amealhar fundos, nem desenvolver o know-how nos ramos úteis, que permitissem tirar proveito dos territórios que detinha em África.

A partir de 1886, Portugal encontrava como solução viável e de menor esforço, as negociatas cambistas com potências europeias para a edificação de infra-estruturas económicas em Angola. Os exemplos apontam nos investimentos dos Caminhos de Ferro de Luanda e Benguela, do estabelecimento da Gulfoil pela Anglo-american corporation, da DIAMANG, etc.

Aceitando investimentos estrangeiros em Angola, Portugal implantava de forma (in)consciente o “colonialismo colectivo”, restando-lhe a soberania política, cedendo a económica aos potenciais investidores. Dilólwa (2000) considerou esta fase da colonização como sendo do “ultracapitalismo em Angola”, com consequências óbvias nos planos económico, político e religioso. Enquanto colónia, Angola transitava assim de zona de influência portuguesa à de confluência do mercado internacional.

1.1. Relativamente ao plano económico

A reflexão sobre o presente item passa pela compreensão do histórico «Plano Marshall» definido por George Catlett Marshall (1952), justificando a reconstrução de países então dilacerados pela II Guerra Mundial. Concedia, através do US Export-Import Bank do Banco Mundial, um montante financeiro de USD 18.000.000,00 para o Caminho de Ferro de Benguela. Parte dos valores desviou-se para o Ramal Zâmbia-Maputo. Os USD 1.037.700,00 serviram para modernizar o aeroporto de Luanda e cerca de USD 1.300.000,00 direccionaram-se aos estudos de melhoramento dos portos de Moçâmedes (actual Namibe) e do Lobito.

Tratou-se de uma grande empreitada a favor de Portugal fascista condicionando por muitos anos as opções da auto-governança dos angolanos. Acrepitação do “clima de guerra improvável e paz impossível”, após a II Guerra Mundial (1939 - 1945), subentendida pela guerra fria, colocara a terceiro dois blocos político-ideológicos então desavindos, sob liderança dos EUA e da URSS, respectivamente, tirou proveito das (OLIVEIRA, 1961:6), “suas imagens de países não colonizadores e avançam como grandes apóstolos da descolonização”, fazendo com que os campos de batalha fossem os territórios de confluência dos interesses dos respectivos blocos. O autor citado reconheceu tal facto pois, “[...] no estado actual de África e dada a situação geográfica e política de Angola, para passar à acção, impulsionando-a do exterior, tinha inegável vantagem que de parte de uma grande potência ocidental e anticomunista houvesse uma palavra e uma atitude” (cfr. op. cit.).

Na mesma senda, não pareceu-nos haver dúvidas tendo em conta que (WRIGHT, 1997:386), “na realidade, evitar a independência económica foi a razão principal que levou os EUA a promover a desestabilização de Angola e a destruição do Estado angolano”.

Se em parte havia imperativa necessidade de se manter a influência mercadológica de Angola face às obrigações de Portugal em relação ao crédito crescente da comunidade internacional, a mesma expectativa se impunha desta comunidade na relação com Angola independente.

1.2. Relativamente ao plano sociopolítico

Do parágrafo anterior percebe-se que a “colonização colectiva” de que Angola foi alvo, rotulada por Dilólwa (2000) de “ultracapitalismo”, tornou a caminhada à autodeterminação sociopolítica e constitucional dos angolanos cada vez mais complexa, pois as potências credoras não teriam deixado em mãos alheias os seus investimentos. Em defesa,

a) o Ocidente invocara o liberalismo mundial, motivo suficiente para se assemelhar à jornada mercadológica de 1884/1885, cuja conferência internacional sobre a bacia do Khongo foi o instrumento de contenção;

b) o Leste enfatizara o internacionalismo proletário de ordem marxista-leninista.



Os movimentos sociopolíticos nacionais criados das manifestações das décadas de 1950 - 1960, na perspectiva da luta anticolonial rumo à autodeterminação, influenciaram-se dentro de um clima de controvérsias internacionais, nutrido pelas ambições económicas do Ocidente sem disfarce.

Os nacionalistas angolanos (STOCKWELL, 1979:64), “ao mesmo tempo que estudavam e viajavam na Europa, convenciam-se que apenas a filosofia marxista parecia oferecer uma alternativa à opressão portuguesa; para além do apoio moral, o Marxismo proporcionava-lhes métodos de organização para desenvolverem um movimento revolucionário. O capitalismo, como o patrocinado pelos Estados Unidos, apoiava firmemente os portugueses. O catolicismo apoiava os portugueses. Os missionários protestantes americanos tinham problemas com os portugueses, mas no fim apregoavam uma posição de submissão passiva”.

Em relação ao contexto pouco conciliador, agravado pelo conforto do bloco de Varsóvia e a indisposição feroz do Ocidente, (OLIVEIRA, 1998:104) “a maioria dos movimentos, embora agindo em territórios longínquos, estava irmanada entre si por interesses comuns consubstanciados pela então muito atraente ideologia socialista, o que favorecia nitidamente os interesses da URSS. Os EUA, não podendo ficar a perder, apoiados nos seus aliados, procuram, e às vezes quase inventam movimentos de libertação que anulassem a vantagem do bloco soviético”.

Desde já, as aspirações dos nacionalistas angolanos, como em toda a África, começavam a ser influenciadas quer por independências absolutas e incondicionais, quer por reformas administrativas, que sugerissem apenas o abrandamento da discriminação nas esferas da administração pública estatal. No sector privado, mormente nas companhias, a situação seria bem diferente que, recorrendo à política de Al-

bert Sarraut nas possessões francesas, tender-se-ia a investir pouco para obter o maior rendimento possível (cfr. ROCHA, 2001).

Em consequências, durante o percurso à independência, as razões e ideologias que fundamentavam os apoios externos aos angolanos, revelaram-se múltiplas e difusas, agravadas pela incapacidade das lógicas e instituições liberais ocidentais em lidarem com a multiplicidade da paisagem sociocultural devida às variantes etnolinguísticas, essencialmente, Bantu (cfr. REDINHA, 1975) que caracterizaram o território. As estratégias do mercado imperialista acabaram ancoradas no princípio sectário do mosaico identitário angolano, identificando as linhas de forças dos movimentos de libertação nacional com a realidade sociocultural e etnolinguística (cfr. LIMA, 1964). Assim,

1) a FNLA estruturou-se no âmbito dos valores relativos aos bakhongo;

2) por sua vez, o MPLA indexou-se aos falantes da língua kimbundu;

3) e a UNITA acabou emergindo do seio planáltico umbundu.

Estavam criadas pelo Ocidente, as tendências sociopolíticas nacionais em obediência às condições estrategicamente difusas para constringer a legitimidade interventiva determinando o xadrez do nacionalismo angolano.

Imbuído nesta ordem de ideias, o movimento nacionalista angolano, sob influência da comunidade internacional, incapacitou-se de apelar à unidade nacional, passando à subversão ideológica etno-regional como forma de “minar” o novo contexto apetecido por muitos. SALAZAR (1961) foi peremptório em discurso que “é desde a reunião do Conselho de Segurança de Março de 1961 que os Estados Unidos se resolvem apoiar ostensivamente o grupo afro-asiático, com o fim confessado de congregar votos fiéis em deliberações que interessassem à América contra a Rússia. [...] Foram por essa al-

tura feitas, pelos representantes oficiais dos Estados Unidos, declarações que pretenderam definir uma nova política da grande nação americana em relação à África”.

No desgaste prévio entre os contendores internacionais, a mira levou à instabilidade dos africanos em geral e de angolanos em particular que, alheios aos artifícios de Portugal, enquanto potência colonizadora, e dos EUA, enquanto potência-líder das forças de influência externa, assumiram as instituições teoricamente abertas, e pretensamente de igualdade sem barreiras, contrariamente às precedentes fechadas e de igualdade entre pares. No entanto, as relações sociais das novas instituições expressas pela contractualização, não eximiram, de certa forma, o patronato e a domesticação. A transição institucional da consanguinidade para a contratual gerou algo, de certo modo, perigoso; – as influências, como o centro da legitimidade carismática (cfr. MANUEL, 2014).

1.3. Relativamente ao plano cultural e religioso-cristão

É consabido que a evangelização de Angola, a partir do séc. XIX, foi influenciada sobremaneira pela política divisionista implementada pela administração colonial directa (cfr. HENDERSON, 1990), na preferência do estabelecimento etnogeográfico das congregações religiosas exógenas, como apontou o Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA) segundo COMERFORD (2005:33):

a) a igreja Evangélica Baptista de Angola, centrado em Kibokolo, adaptara-se ao meio sociocultural e etnolinguístico kikhongo;

b) a igreja Evangélica Metodista Unida de Angola, com sede em Luanda e influente no Késwa, confinou-se entre os umbundu;

c) as igrejas Evangélicas Presbiterianas e Congregacionais, centralizados no Dôndi, limitaram-se entre os falantes da língua umbundu;

d) a igrejas de menor envergadu-

ra expansionista como os Luteranos e Pentecostais, ficaram direccionados entre comunidades Bantu com a mesma envergadura.

Com base no processo de educação e ensino, enquanto vocação estratégica da evangelização protestante (cfr. HENDERSON, 1990), a perspectiva de assentamento etnogeográfico-religiosa permitiu a adopção directa de identidades etno-religiosas cristãs para as identidades sociopolíticas exógenas tal como descreve COMERFORD (cfr. op. cit.). Em consequências, à semelhança dos movimentos sociopolíticos atrás referenciados, as igrejas rurais desmobilizaram-se do apelo à unidade e à consciência nacional passando a municiar os pilares dos movimentos nacionalistas na perspectiva divisionista colonial.

Em suma, foi no universo da intelectualidade cristã que as afeições religiosas tenderam a configurar-se em simpatias políticas, e estas em identidade-setno-geográficas e socioculturais, pressuposto revelados, deveras, perigosas por terem mutilado a posterior neutralidade que das igrejas se expectava para conter o avanço da guerra civil.

2. PERCURSO HISTÓRICO DO PROCESSO DA PAZ EM ANGOLA

Face aos pressupostos dos itens anteriores, algumas iniciativas atinentes à paz conheceram-se, mas todas, representativamente engendradas por actores porque pelos pressupostos recensados, a cumplicidade nacional era supostamente óbvia e o ódio emergia vigorosamente pelo seguinte (cfr. CRUZ, op. cit.):

1. nenhum angolano queria ser mais tomado por indígena;
2. todos queriam ser cidadãos em igualdade de circunstâncias, apesar de serem movidos pelas agendas da democracia liberal;
3. a propriedade privada entrava a otopo à propriedade comunitária.

Segregados em cidadãos e não cidadãos (cfr. CRUZ, ibid.), até 1950 dos 4.000.000 de habitantes 90.000 eram assimilados, correspondendo a 2,25%, na década de 1960, a população rural angolana computava-se em 4.317.906 e urbana em 512.543. No geral, 1% do total da população negra tinha o estatuto de cidadão, sendo 99% não cidadãos, quando em 1974 a população branca em Angola calculava-se na ordem de 10%.

Pretendia-se um novo tipo de sociedade, um certo tipo de poder que, posicionasse os governantes e os governados em igualdade formal. Importava o fim da subalternização.

Por este percurso, da descolonização ao processo de paz a História angolana aponta as seguintes tentativas de paz:

I. Pacto de Alverde 15 de Janeiro de 1975

Com grande ímpeto na partilha do poder através da distribuição de pastas governativas, a iniciativa à descolonização pareceu viável, mas algumas

questões ficaram por esclarecer por terem carecido da devida ponderação mormente sobre o processo eleitoral à assembleia constituinte, respaldado no capítulo VI, sobre a nacionalidade angolana, no capítulo VII, assim como sobre os pressupostos económicos, no capítulo VIII:

a) Lido o artigo 40º, as eleições gerais para a “Assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de 31 de Janeiro de 1975”, realizar-se-iam com cerca de 95% da população rural enquadrada no Estatuto de indigenato, isto é, excluída do exercício de cidadania, por isso incapaz de transitar à condição de cidadão no prazo delimitado. Nesta conjuntura os minoritários assimilados seriam os potenciais eleitores;

b) percebe-se do artigo 50º que a aceitação dos movimentos sociopolíticos (FNLA, MPLA e UNITA), em saldar as obrigações externas de Portugal, como decorrentes do “efectivo interesse do povo angolano”, omite a caracterização de quem era o tal “povo angolano” então interessado nas ligações de Portugal com a NATO, particularmente, para reprimir a luta armada configurada como a dívida externa;

c) o tal “samaritanismo” de Alvor revelou aos angolanos e demais povos, o encontro de 14/09/1974, na Ilha do Sal em Cabo Verde, entre António Spínola e Mobutu Sese Seko em que acordaram entre outros, os seguintes aspectos:

- (i) Portugal apoiaria Holden Roberto “reduzido da sua província de Cabinda”;
- (ii) Fazia depender Angola de uma “equipa chefiada por António Spínola e Mobutu e Cabinda dependeria de uma equipa da FLEC estabelecida em Kinsasa, sob orientação de Mobutu Sese Seko”.

O pernicioso deste encontro foi a definição de independência condicionada para Angola, no quadro da designada Federação Zaire-Angola-Cabinda, tendo Mobutu Sese Seko como presidente e Holden Roberto, como eventual vice-presidente. (FREITAS, 1975:458).

II. Pacto pentagonal de Nova Iorque de 1988 (África do Sul, Angola, UEA, URSS e Cuba)

Por seu turno, o Pacto de Nova Iorque conseguiu reduzir a ameaça militar externa e promoveu a proclamação da independência da Namíbia e o fim do apartheid na África do Sul, mas não parou com as pretensões externas de apoiar os contendores, então reduzidos entre o Governo de Angola e a UNITA, tendo intensificado o conflito armado.

III. Acordos de Gbadolite de 22 de Junho de 1989

Com estes, constituiu-se a iniciativa de racionalidade imprecisa enquanto mecanismo de diálogo para a paz, pois o dia seguinte foi de combates frenéticos em várias localidades com destaque nas proximidades de Luanda (Zenza do Itombe, Muxaluando), Kwando-Kubango (Mavinga), etc.

IV. Acordos de Bicesse a 31 de Maio de 1991

Coma elevada proeminência estran-



geira representada pela «Troika» de observadores, os acordos impuseram um cessar-fogo rotulado por “mini paz”, nem guerra, nem paz. Proporcionou a realização das primeiras eleições de Setembro de 1992, cujos resultados foram contestados pela UNITA, tendo reacendido a guerra a partir de Novembro do mesmo ano. Quanto ao assunto, diziam WRIGHT (1997) e HOWEN (2001) segundo referências de COMERFORD (2005:15) que “a UNITA estava confiante que ia ganhar as eleições, como também o seu antigo patrão, os EUA [...] e Savimbi não queria aceitar menos do que ser Chefe de Estado”;

V. Pacto de Lusaka de 20 de Novembro de 1994

Com 4 anos de vida útil, o pacto proporcionou uma paz relativa por se tratar do período mais longo sem contendas armadas de realce. Ainda assim, revelou-se como o da «paz armada», com resultados de lenta implementação.

O maior avanço deste pacto consistiu na investidura do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), a 09 de Abril de 1997, incapaz de erradicar a guerra que, contra todas as expectativas, eclodira pois o acesso ao mercado grossista quer diamantífero, quer petrolífero assim como de armas parecia ter despertado maior atenção pela sua rentabilidade e a disputa pelo espaço ganhara o perfil similar ao resultante da Conferência Internacional de Berlim do séc. XIX sobre a Bacia do Khongo.

Tal resultara da esquizofrenia de tipo romancista face aos factos históricos, pois não se observando a génese do conflito, os actores focalizaram-se na sua redefinição para não condicionar a aposta na edificação da cultura de paz nacional.

V. O 4 de Abril de 2002

O Memorando de Entendimentos do Lwena (MEL) emergiu da necessidade endógena de complementar o Pacto de Lusaka, na perspectiva de cessar as hostilidades e dissipar os penderes pois “a morte de Jonas Savimbi aos 22 de Fevereiro de 2002 transformou a cena política em Angola e criou novas possibilidades para a paz. Muitos passos foram dados nas semanas que se

seguiram à sua morte. Um cessar-fogo [...] à meia-noite de 13 de Março [...] plano de quinze pontos elaborados pelo Governo angolano, para assegurar a paz” (COMERFORD, 2005:19-20).

O plano do Governo foi relevante face às iniciativas anteriores que o colocavam em mero actor ea comunidade internacional a instância proeminente. Ao enunciar algumas tarefas abaixo discriminadas o Governo angolano indicava que, previamente ao 22 de Fevereiro de 2002, as agendas desestabilizadoras das esferas de influência externa acusavam-lhe alguma incapacidade de se reposicionarem contra Angola, face ao contexto internacional posterior aos acontecimentos do 11 de Setembro e respectivas consequências.

Eis entre elas, algumas tarefas conclusivas:

1. desmilitarização das FALA;
2. partidarização da UNITA;
3. implementação da amnistia promovendo a reconciliação nacional;
4. reposição da Administração Local do Estado;
5. aprovação da Constituição;
6. realização do registo eleitoral;
7. promoção da tolerância e do perdão;
8. (re)inserção dos ex-militares das partes envolvidas.

Nesta perspectiva, as Forças Armadas Angolanas (FAA) e as FALA, braço armado então residual da UNITA, a 4 de Abril de 2002, no Lwena, assinaram um instrumento político-militar que se conhece por “Memorando de Entendimentos do Lwena (MEL)”. Mussagy-Jeichande então representante da United Nation Office in Angola (UNOA), pela comunidade internacional considerou-o como sendo “um memorando sem paralelo na História de Angola, fazendo caminhar mais de 105.000 soldados da UNITA e respectivas famílias [cerca de 525.000 angolanos] para 38 aquartelamentos em tempo recorde”.

3. CONTRIBUTO DO ÊXITO MEL

Podemos perceber dos Padres FERREIRA e SILVA (1953), quanto às práticas de reparação dos danos que, o seu causador sendo injusto ousa repará-los o mais completo possível, fazendo

com que o lesado se sinta ressarcido, ainda que não o perceba.

No encontro entre Jonas Savimbi e Ronald Reagan acontecido a 30 de Janeiro de 1986, este dizia, segundo OTTAWAY (1986), que “queremos ajudar Dr. Savimbi e o seu povo no que estão a tentar fazer e aquilo que estamos a fazer é a melhor maneira de ajudar”. Concedia-lhe cerca de USD 15.000.000,00. Respondia-se à perspectiva dos Padres acima ditos sem difamações. Assim, a reparação faz-se de forma indirecta, sem que a parte lesada a percebesse.

Aqui reside o obscurecimento do MEL, pois os angolanos não conseguiram percebê-lo por não terem sabido identificar o centro de gravidade dessa paz. Os promotores da guerra, segundo os Padres FERREIRA e SILVA (cfr. op. cit.) passaram a compreender, embora tardiamente, a sua ilegitimidade reconhecendo a soberania angolana.

Se em parte, os actores da comunidade internacional promotores do ódio em Angola, na perspectiva colonialista de dividir para melhor reinar, tinham encontrado o momento certo para ajudar a pôr-lhe fim, por outro lado, a palavra de ordem de José Eduardo dos Santos em como, “vamos fazer a guerra para acabar com a guerra” foi mal entendida por muitos incluindo Jonas Malheiro Savimbi, que se fez sacrificado de luxo. Escapava a perspectiva reflexiva dos Padres FERREIRA e SILVA (Íd.), apesar de que, já a 01 de Fevereiro de 1976, perante um oficial da CIA em Kinshasa, (STOCKWELL, 1979: 254-256) Jonas Savimbi “jurou jamais abandonar as matas angolanas enquanto vivesse”.

Depreende-se dos Padres em referência que o valor prático do perdão reside na reparação dos danos causados. O exemplo evidente está no financiamento do projecto de reintegração social dos ex-militares, sob auspício da comunidade internacional entendido como instrumento reparador do dano causado contra a ordem socioeconómica política em Angola.

4. GARANTIAS DA CONSOLIDAÇÃO DO MEL

A dimensão histórica do Programa da Construção da Paz (PCP), de autoria de actores não estatais angolanos (sociedade civil e igrejas), mesmo não sendo aprovado pelo Estado angolano, torna-se garantia indispensável pelo seguinte:

(i) aborda sobre a boa governação, por se detectar carência de atributos indispensáveis ao clima de paz, nomeadamente, inclusão, participação, transparência, ética, todas configuradas na legislação corrente, mas impraticáveis, a responsabilidade, etc.;

(ii) necessidade do treinamento em gestão de conflito, visando criar uma identidade cultural nacional de paz.

Tais atributos institucionais ora omissos, determinam sobremaneira a consolidação do MEL devido às obrigações cívicas pois (CARVALHO, 2005.23), “as instituições nas socieda-

des africanas, no período colonial, não eram nem podiam ser genuinamente africanas e, após a independência nacional, os quadros políticos e técnicos prestaram-se a uma representação ‘assumindo’ valores que não eram seus e tentando gerir instituições estranhas”.

Depreende-se do autor em referência que não são as aquisições estruturalistas e funcionalistas aquém da identidade nacional que fazem de Angola um país civilizado quer na sua compreensão moral, quer espiritual e material. Sobre o assunto, quanto à transfiguração da África durante a presença ocidental, no âmbito da evolução socioeconómica dos territórios coloniais, lê-se que as “sociedades fechadas e voltadas para si mesmas são daí em diante trabalhadas pelo fermento do dinheiro e das ideias novas e a propriedade privada pouco conhecida até a altura, implanta-se sobretudo nas zonas costeiras e nas cidades. O dote a entregar pela futura mulher, até aí símbolo e vínculo de sangue, transforma-se, sobretudo nas cidades, num valor como qualquer outro” (KI-ZERBO, 1972:s/d).

Do autor ora dito depreende-se que a paz é uma redescoberta permanente do “nós” no “todo” que, nem sempre dá sentido à nossa realidade, mas não raras vezes atribuída a nós o seu sentido humanitário, pois (CHAUÍ, 1982:7) “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”. A construção da paz obriga a todo angolano, ancorar-se nas referências contextuais e eximir-se das analogias referenciáveis.

5. CONCLUINDO

O MEL, celebrado a cada 04 de Abril, pode ser compreendido em momentos seguintes:

a) encontrado pela comunidade internacional para ressarcir os angolanos.

A conjuntura militar permitira que os advogados da guerra em Angola acabassem com a dualidade de assistência. Justifica-se a legitimidade da aliança no conflito com o Estado angolano resultante das eleições de 1992;

b) em que, acreditando nas capacidades endógenas, os angolanos confiaram-se mais;

A conjuntura em si justificara a exclusão do MEL as proeminências externas pois, regressados da batalha, os soldados impuseram um pacto que em pouco menos de dois meses pôs fim a todas hostilidades divisionistas, cuja robustez ostentada faz 15 anos.

c) da restituição do poder administrativo local subtraído para fertilizar o novo contexto, visando alojar os interesses mercadológicos, particularmente coloniais;

d) das opções soberanas (DUMONT, 1988:78), pois “quando um país depende quase exclusivamente da ajuda externa, condenar o imperialismo pertence ao domínio da utopia verbal”;

Consideramos terminada a nossa



contribuição, deixando o pensamento de A. Oliveira SALAZAR (1961:7), referindo-se à contradição com a política americana em Angola, em que dizia, “tem sido notada por alguns estudiosos, mesmo nos Estados Unidos, e é grave, porque as contradições no pensamento são possíveis mas são impossíveis na acção”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, R. M. (2005). «Compreender a África: Teorias e Práticas de Gestão». 1ª edição. editora FGV Rio de Janeiro;
- CHAUÍ, M. (1982). «Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas. São Paulo: editorial Moderna;
- COMERFORD, Michael G. (2005). «O Rosto Pacífico de Angola». Edição do Autor Luanda;
- CRUZ, V. (2006). «O estatuto do Indigenato. Angola, a legalização da discriminação na colonização portuguesa». Edição Xá de Caxinde. Luanda.
- DELGADO Ralph (1945). «O Reino de Benguela, Do descobrimento à criação do governo subalterno», Imp. Beleza, Lisboa.
- DILOLWA, Carlos Rocha (2000). «Contribuição à História Económica de Angola». Editora Nzila 2ª edição. Luanda;
- DUMONT, René (1991). «Democracia para África». Editora Ler & Escrever Luanda;
- (1988). «Em Defesa da África, Acuso - Diário de um Diagnóstico no Sahel em Vias de Destruição». Publicações Europa-América. Lisboa;
- FERREIRA, João e SILVA, Ferreira (1953). «Compêndio de religião e de Moral». Edit União Gráfica. Lisboa.
- FREITAS, Amadeu José de (1975). «Angola: «O Longo Caminho da Liberdade». Editora Moraes. Lisboa;
- GOMES, Armindo Jaime (2016). «Ovimbundu pré-coloniais. Contribuição
- ao estudo sobre os planaltos de Angola». CACUL, Lda. Coleção Onjango nº 01, Benguela.
- HENDERSON, Lawrence W. (1990). «A Igreja em Angola - Um Rio com Várias Correntes». Editorial Além-Mar. Lisboa;
- HERNANDEZ, L. L. (2005). «A África na Sala de Aulas. Visita à História Contemporânea». Selo Negro. São Paulo;
- KI-ZERBO, Joseph. (1972). «História da África Negra I e II». Publicações Europa-América. Lisboa;
- LIMA, Mesquitela. Luanda. (1964). «A Etnografia Angolana. Considerações acerca da sua problemática actual». Imprensa Nacional de Angola. Luanda.
- MADEIRA, João et al. (2007). «Vítimas de Salazar (Estado Novo e Violência Política)». Editora Esfera dos Livros. Lisboa;
- MANUEL, Tuca (2014). «Significado histórico do 4 de Abril». Palestra alusiva às comemorações do 22º aniversário para a consolidação da paz. ISPSN, Huambo.
- OTTAWAY, D.B. (1986). «President Pledges to Help Savimbi». Washington Post de 31 de Janeiro.
- ROCHA, Manuel José Alves da (2001). «Os limites do crescimento económico em Angola (as fronteiras entre o possível e o desejável)». Editora Executive Center e LAC. Luanda;
- REDINHA, José 1975, «Etnias e Culturas de Angola». Instituto de Investigação Científica de Angola e Banco de Angola. Luanda.
- SECRETARIA Nacional de Informação (1961). «O Pensamento de Salazar. Discurso Proferido Por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Oliveira Salazar, na Sessão Extraordinária da Assembleia Nacional», em 30 de Junho de 1961. Edição do Autor. Lisboa;
- STOCKWELL, John (1979). «A CIA Contra Angola. União dos Escritores Angolanos. Luanda;
- WRIGHT, George (2000). «A destruição de um País, A política dos EUA para Angola 1945». Editora Nzila, 1ª edição. Luanda;

INGOMBOTA: UMA ANÁLISE TOPONÍMICA



PATRÍCIO BATSÍKAMA

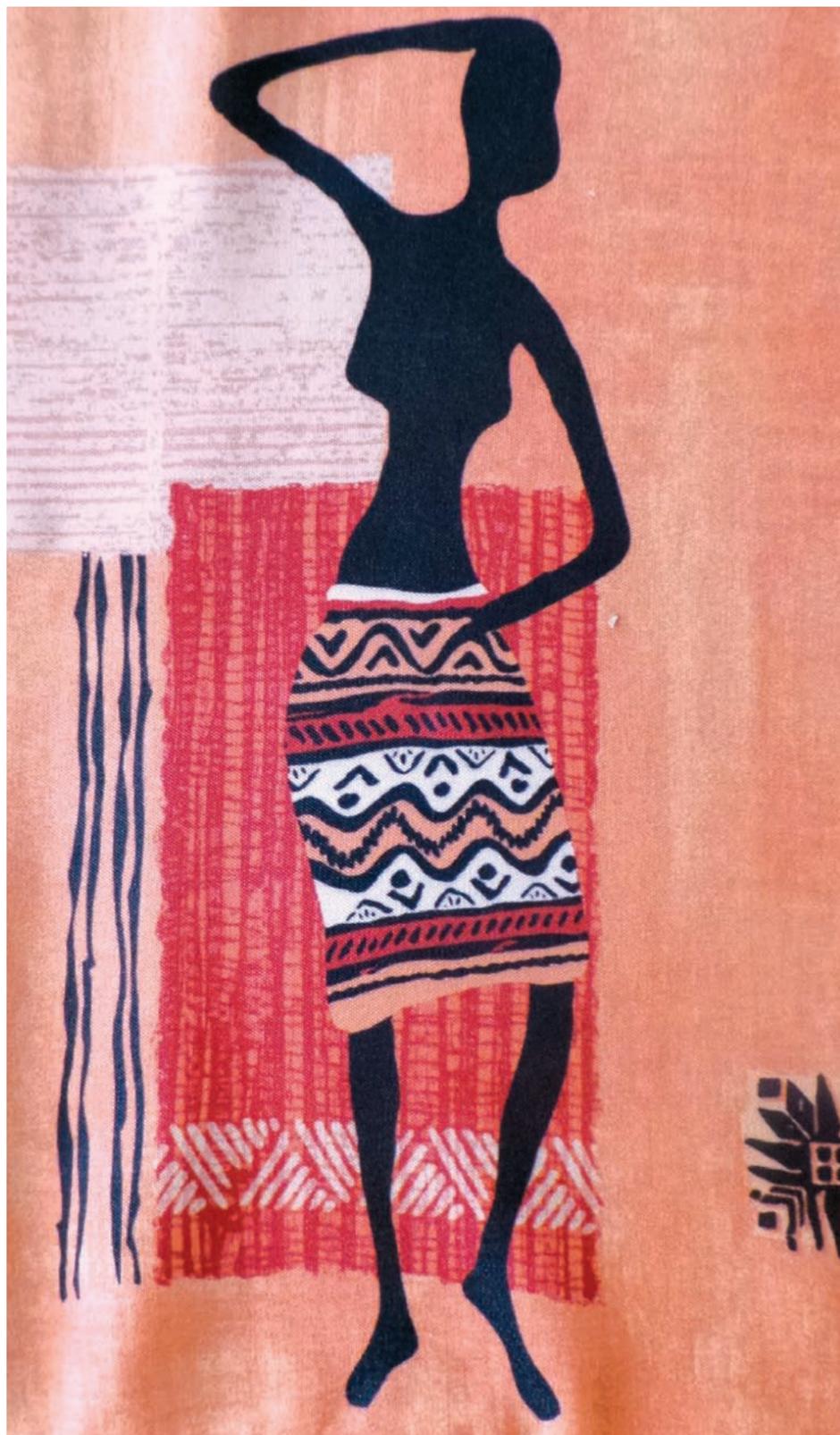
Geralmente, os especialistas defendem que o topónimo Ingombota significaria “local dos foragidos”. O termo seria composto de “ngômbo” (foragido, em kimbundu) e de “kûta” (estabelecer-se, em kimbundu). Óscar Ribas defende essa versão (Ribas, 2014:192). O professor Washington Santos Nascimento, na sua Tese de Doutoramento, fornece-nos a versão de “ngamba”, que é “escravo”. Com isso, percebe-se porque Ingombota foi tido por vários autores, Ladislau Batalha por exemplo, como “local dos escravos foragidos” (Batalha, 1889:12). Essa é a “Tradição” que chegou até nós.

Uma informação adicional e fundamental nos situa melhor, ao indicar Ingombotas – em 1668 – entre o jardim do actual palácio do Governo Provincial de Luanda e a Igreja do Carmo (Cardoso, 1954:13).

Qual seria a razão que levaria a que, na sua fundação, as Ingombotas significasse “Local dos escravizados foragidos”?

A Batalha de Mbwila data de 1665, é a resposta possível e historicamente correcta. O rei do Kôngo Vit’a Nkanga foi morto na gruta de Nzenzo (Uige) – depois de ter sido heroicamente protegido pelos jovens militares – e a sua cabeça foi levada à Luanda para ser enterrada na Igreja da Nossa Senhora de Nazaré. Os relatos apresentam-nos informações preciosas, em relação a isso, entre as quais a instalação dos militares nessa zona. Mas antes da chegada destes militares, as populações que lá viviam – na zona entre o actual término de autocarro até a Universidade Lusíadas de Angola – praticavam comércio, especificamente “troca de nzimbu com outros dinheiros oriundos do interior”. Essa troca fazia-se debaixo das árvores chamadas de mutamba (Grewia Welwitschii Burret). Óscar Ribas nos dá uma explicação interessante: “a denominação resultou de um enorme tamarindeiro, ou regionalmente, mutamba, aí existente, e a cuja sombra negociavam quintadeiras” (Ribas, 2014:286). Não é por acaso que até nos dias de hoje há “Rua dos Mercadores” (nos Coqueiros).

Com esses dados, acho que Ingombota não significa “Local dos escravizados foragidos” da forma como a in-



formação chegou até nós. A minha contrargumentação fundamenta-se no fundo histórico destes foragidos da Batalha de Mbwila (e outras circunstâncias), nas actividades realizadas na Mutamba (antes de 1668) e na reconstrução sociolinguística do próprio termo.

Primeiro, se for “Local dos escravizados foragidos”, deveria fornecer “peças” aos negreiros: entre 1666 e 1710 Luanda exporta mais de 207.809 escravizados (Rinchon, 1921). Os relatos e códices na Biblioteca municipal de Luanda e no Arquivo Histórico Ultramar em Lisboa dão provas de que Ingombotas continuou povoado (embora não tenha escapado, de alguma forma). Por outro, os comerciantes europeus que visitaram Luanda e religiosos que aí operam apresentam “imundices” de um povo que gastam muito dinheiro para adquirir aguardente e vivem precariamente apesar de ter acesso aos bens. Ngômbo enquanto militares de

patrulha ou assemelham-se da descrição do Jagas feita em 1584 pelo Francisco Medeiros (ANTT, Proc. 2522, fl.144). Mesmo quando foi criada a Capela do Espírito Santo em 1628, assinala-se militares com descrições de Ngombo e mesmo na Cidade Alta (actualmente no Jardim).

Ingombota: (1) “I” é prefixo locativo; (2) “ngômbo” não significa “foragido” da forma que nos é contado. Deriva do velho kimbundu, hõmbola ou kõmbola que significa “trocar” ou “comerciar” (Maia, 2010:148). Ou, melhor “negócio de dinheiro”: Kombo ta, uma vez que “kuta” significa comerciar moeda (Maia, 2010:148): Ingombota quer dizer “local dos mercadores”.

Os ngômbo eram “militares da patrulha” ou militares que vinham até a zona de Mutamba antiga para trocar “produtos dos seus Chefes” (Jadin, 1965). Entre 1646-1647 os Holandeses observaram que a antiga Mutamba (entre Governo Provincial de Luanda, Universidade Lusíadas e Mayanga) continham

“mercados-chão de nzimbu e lubõngo” (Dapper, 1685). Razão pelas quais uns são mbûmba, outros são chamados de ndêmbu, há quem são agrupados em Nsõngo, Nzengo, etc.

Por último ngômboque tem o protobantu +omb, relaciona-se com: (1) “comércio; economia; finanças”; (2) “pastorícia; exploração; guerra/vida militar”. Jan Vansina é de opinião que os primeiros reinos em Angola nasceram com uma personalidade nkani (nós defendemos que seja nkayi) que é acompanhado pelos nkõmbi ou ngõmbetidos como chefes militares possuidores de riquezas (Vansina, 2015:108).

O termo “kuta” que se junta a Ngombo pode também é discutível, também. Há uma hipótese interessante: o nome de “cobre” que os Ndêmbu utilizavam como dinheiro quando se instalaram em Luwânda, depois da Batalha de Mbwila que equivalia a 30 réis portugueses ainda em 1685. Sabe-se que uma das razões desta Batalha de Mbwila foi a disputa das minas, pois nesta zona existiam minas de cobre. Ainda há uma linhagem, entre os Kôngo, que se denomina “Ngõmb’e Kuta” que é a ramificação de Mayaka (Cuvelier, 1934). Seria nesse caso receoso limitar a compreensão de Ingombota no mosaico mbundu apenas. A própria anatomia social de Luwânda entre 1668-1800 apresenta-nos uma divergência “étnica”, pelo facto de ser uma cidade portuária que fornecia imensas peças de qualidade para o Tráfico negreiro.

Na nossa humilde opinião Ingombota significaria “Local onde os comerciantes de dinheiro se instalaram”. Não se tratava de escravizados. São nobres senhores! São chefes militares: “Ngõmbokuta” significaria – em kimbundu ou kikongo antigo – comerciantes de dinheiro, antes de passar a significar “militares foragidos” e não “escravizados foragidos”. Rua dos Mercadores terá sido precedida por eles.

Apenas abrimos o debate. Nada mais!

Bibliografia

- ANTT Inquisição de Lisboa, Processo 2522, fol. 144, Veja o testemunho de Francisco de Medeiros, 4 Junho 1584
- BATALHA, L. (1890), Costumes angolenses, Lisboa
- CARDOSO, M. (1954), São Paulo de Assumpção de Luanda, Luanda
- DAPPER, O. (1668), Naukeurige Beschrijvinge der Africa gewesten, Amsterdam
- JADIN, L. (1968), “Relations sur le Congo et l’Angola tirées des archives de la Compagnie de Jésus, 1621-1631, “Bulletin de l’Institut historique belge de Rome 39
- RIBAS, O., (2014), Dicionário de regionalismos angolanos, Luanda: FenaCult
- VANSINA, J. (2015), Como nascem as Sociedades, Mediapress: Luanda.

CALOU-SE UMA DAS VOZES DE ANGOLA

Um epitáfio para Antero de Abreu

ADRIANO DE MELO |

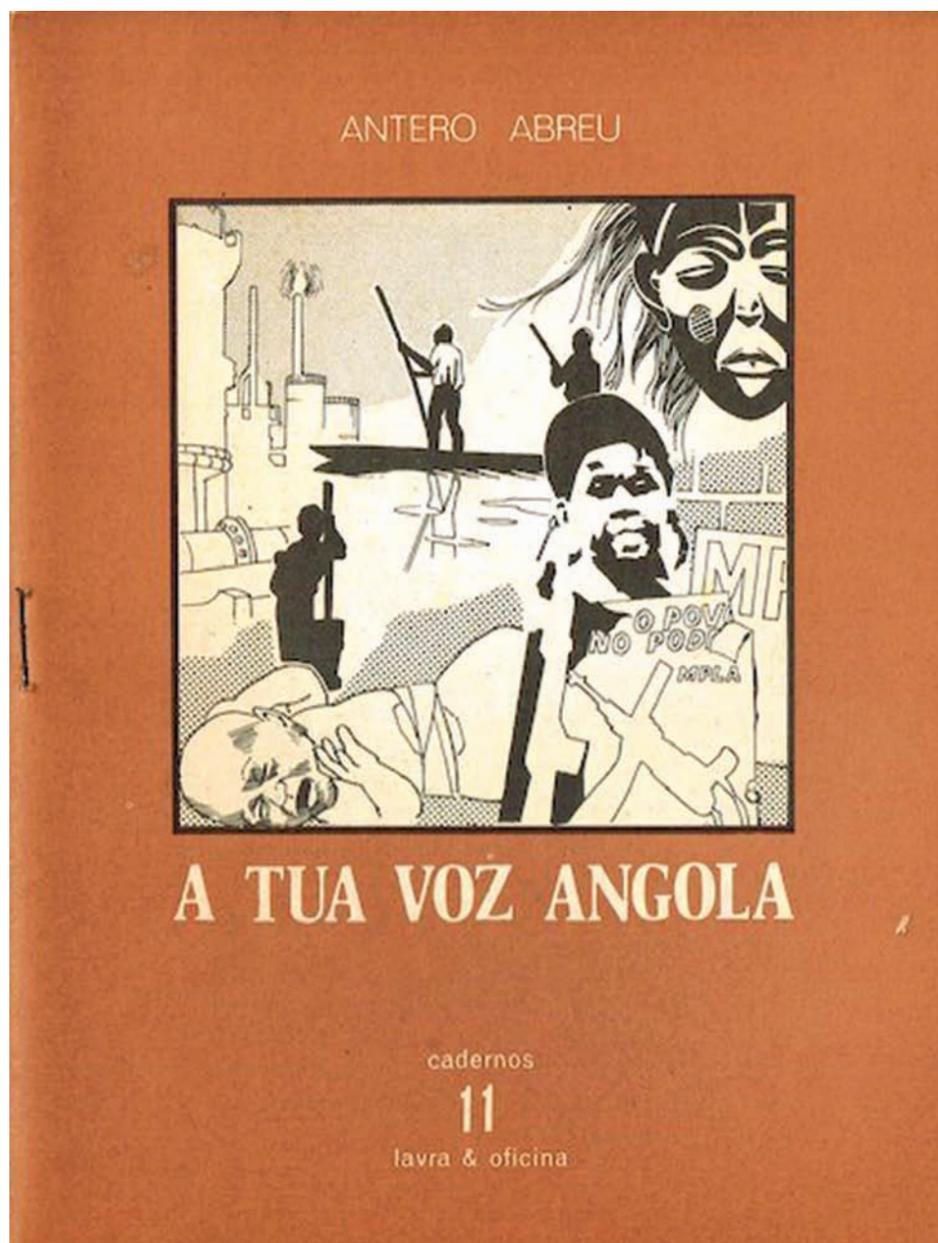
Morreu Antero de Abreu. Pessoalmente não o conheci, mas os seus poemas ainda estão aqui para mostrar a toda uma geração vindoura, os sonhos de quem lutou ferrenhamente pela sua Pátria. Se no esquecimento dos anos esteve por muito tempo, com a sua morte voltamos a lembrar boa parte dos seus escritos, afinal, como escreveu em "Lamentação" "deixarei um rasto de desilusões;/ Um caminho de lágrimas choradas;/ Um pouco do que fui em cada dia./ Mas ficarei seguro e afirmado,/ Com a serenidade dum Buda na floresta".

Mas para os poucos que o conheceram, mesmo que vagamente, o seu trabalho, o melhor é lembrar o "grande homem" que foi: o sonhador e altruísta disposto a lutar pelos seus a qualquer custo e o defensor da lei. O Estado angolano já expressou o seu pesar por um dos seus filhos ilustres, a União dos Escritores Angolanos também o fez, afinal, além de ser um membro, foi um dos fundadores da instituição.

Para o poeta que via "o que ninguém mais vê" e "coisas que ninguém descobre", na sua "Canção da Primavera", é preciso deixar uma homenagem por todo o seu trabalho, na literatura ou no domínio das leis, que elevou o espírito de conquista e de determinação em cada um, com a sua poesia.

"De terra e nervos, eis de que sou feito,/ Porque homem sou, homem simplesmente". Sim, Antero Alberto Ervedosa de Abreu foi um homem, um destes que vemos como poucos, mas já tivemos muitos e ainda os teremos. O seu "Canto Anónimo" hoje é, e se ainda não for deve ser, um símbolo para todos, em especial os jovens.

Como não o conheci pessoalmente, espero que tenha vivido os seus 90



anos como quis e sonhou, porque para alguém que lutou para a independência da sua terra natal e a viu se materializar, a utopia é fundamental. "Quero para mim a vida, vivê-la inteiramente./ E vós, estrelas, sabeis isto que sei:/ De terra e nervos, eis de que sou feito./ E seja ou não o abismo imenso,/ Eu, homem, homem simplesmente,/

conquistar-vos-ei...". Espero que o tenha feito e como escreveu com os punhos erguidos.

Se enquanto estudante, o seu empenho ficou marcado como dirigente da Casa dos Estudantes do Império, como jurista, no cargo de primeiro Procurador-Geral da República de Angola, então como escritor está em cada

um dos seus poemas, que criados para sua própria época espalhavam um pouco da realidade social do país, antes e depois da independência.

"Das mentiras loucas que me envolvem/ Vou quebrando os liames um a um/ E da angústia da libertação/ Nascerá um dia a paz/ Do ser e do não ser./ Das mentiras vãs que me amordaçam/ Os véus arrancarei a um e um/ Tristes despojos dum passado velho/ Que em mim se quis perpetuar". Quando escreveu em 1948/1949, "Libertação", o escritor preparava as pessoas para o futuro e mostrava a importância de se quebrar as amarras do jugo colonial.

A realidade da época, em que os natos eram discriminados, apenas ajudou a moldar o seu carácter. As críticas foram constantes, assim como o seu interesse em defender os seus e o projecto de Nação livre e independente.

As suas chamadas de atenção estão expressas em vários poemas, como "Aqui não há Esperança", onde deixa claro que era preciso combater o colonialismo. "O que se vê são sombras não as árvores/ São imagens não as coisas/ ... Sente-se o decompor dos corpos mortos/ E a cada passo - uma barreira/ E a cada luz - um véu de trevas/ ... Na luta somos desiguais/ ... Aqui tudo é dúbio e vacilante/ ... Tudo o que se come tem sabor a mastigado/ Tudo o que se ouve é como já ouvido/ O presente é um fruto descascado/ E o futuro é um canto repetido/ ... Tudo aqui é derrota sem batalhas/ ... E não nos dêem uma alma/ Para que sobreviva."

Perdemos o homem, mas ficou o legado. Uma herança repleta de esperança e de sonhos, que precisa de ser mais divulgada, de forma a deixar claro os feitos de toda uma geração, como a de 50 e 60, que criou os moldes e as condições para hoje vivermos num país independente.

Poema de F. Tchikondo

PASSARINHO NO ASFALTO DA CIDADE

Nosso amor partiu puro e lindo
Em alegres asas das lavras de café.
Poisou sonhos de esperança sorrindo
Em nossos sonos tristes e vazios de fé

Ai nosso passarinho puro e lindo,
Jikulomessu kiosso wala okwenda!

Para as ruas e noites da cidade voou
Pesadelos e angústias na família despertou

Duros golpes arrancados da esperança

Corações feridos, mas o sonho avança
Ai nosso passarinho puro e lindo,
Jikulomessu, kiosso wala okwenda!

Ainda com tão pouca idade
Nas festas e raves se entregou
Nas avenidas e noites da cidade,
Em objecto fácil se transformou

Magoada, desencantada e viciada,
No frio asfalto a inocência foi violada.
Com tantas luzes, a mente se apagou
E rua escura e triste a alma lhe levou.

Ai nosso passarinho puro e lindo,
Na aldeia, tua morte é um mujimbo
Frio e duro como água do cacimbo,
Aiwé, mona muhatu wafu mu nzila.

Ngana Zambi, n'gonló o dila.
Aiwé, mamãwéééé
N'gui bâné mona muhatu wamiéééé!

Luanda, Out/11



NGWAMYAMI DINGI



MÁRIO PEREIRA

Ngwamyami dingi, eme pe, ngwami dingi kwivila jingololo

Kungibekese jihenda jeneji jingididisa, jingidisa, jingifwidisa

Jingitololesa muxima wami wamufidisa, kidi, wamujimbisa

Ki mukonda ngakuzembe, kana ngana, mbata eme ngakuzolo!

Ngwamyami dingi, eme pe, ngandala hanji kumona owufolo

Wa kukala mukwendela hanji mu ubeka, wami, kudinwisa

Ni dilamba didi dyangizukama benyaba, dikala mukungijibisa

Kuzola kwami kwala eye mwene, kwila eme ngixi, kyangitolo!

Ngitungujula kuzola kwami kwoso kwila wixi hanji kyangibolo

Mbata kifwa kyami kyoso kya mutuhu kidi mwene kyolongidikisa

Kyebi kukutalela ni dikunda dyami dyoso dyakondama difikidisa

Kizembu kyami kyangikala hanji ku muxima wami wenyo walolo

Kulula kwami kwoso kwa kukala mukusenga! Wixi ngakwata polo

Kala mutu wakambe muxima, kidi mwene, katene dingi kulungisa

Kuzola kwala ku polo kumubingijila hanji kwenyoko kudixingidisa

Ulembwa kumutalela mukumutanga izwa yoso wixi wamuzolo!

Kulongole kwandala kwami kwoso kwa kindala kuma kwangijolo

Ungikatwisa we hanji ukatelu wami wa ukulu kulu ungijimbidisa

Mu ikoka yeneye ya ukambelu wa mwenyu kwila ukala kungifwisa

Isubu yami yoso yakukuta kya ikala kungixisa kya kifwa ngatolo!

Ngwami dingi, kidi, kwendela kwenekwala dizumba exi dyabolo

Dyangixidixile we hanji mukutu wami woso kuma dyangixisa

Ni isunji yeneye ya kukala mukuxingila, exi hanji, ingitulukisa

Moxi ya dikungu dingikingila tunde wafu kalumba ngamuzolo!

Ngwami dingi we hanji kukala dingi mukukukayela mu ikolo

Kala ngidilaji ngolosota mukwanyikwala ni eme kungilangidisa

Mukungyendesa kwene kwala we hanji mwenyu, kungikatwisa



Kwebi ki muthu wandala dingi kungikatula ku, kuma ngabolo

Nda ngitene kukala hanji mu mwenyu, kukala we sengololo

Ngilembwese kukukayela kwendela kwe kwenyoko! Wivisa

Dizwi dyami ku uya, nda atene we hanji mukondo kugibwisa

Enu mwala ni utenenu wa kufundisawoso ukamba kilongolo

Ki ngitena kudinuma ni eye, kuma, kidi mwene, ki ngakuzolo

Mbata ki ngandala wakakudinanza kuma wandala kungixisa

Kisulukutu kiki pe, kingibangesa kukuzemba, kima kikumisa

Athu akala kwenyoko mukudila, afika eye mwene, ngakusolo!

Mukonda mwakambe kya kuzwela,

mutangela mwixi ngabolo!

Ki ngandala mukala we hanji mukungisumbujula, kungisukijisa

Jimbambe Jami joso ja kuzola, mbata kidi mwene mungisumbisa

Ku polo wa jinguma jami jandala kungimona we kya sewufolo

Mbata angizola boso boso eme ngibita, exi kwenyoko twakuzolo!

Kuzola kwami pe, exi kwangilenge dikanga omukonda okumuxisa

Kwendela kilunga kyala ni difuba dyakolo, dyonenene, divudijisa

Jingongo, malamba, malebu, jitawa kidi mwene mu makolombolo

Kungibudise mukwanyikwala ni eme kungilangidisa

Mukudikonga we kya ni akwenu ajiza kudilonga kuzola, kwivisa

Kuma woso uzola uxisa muxima

watumbiwa ku polo, sekudifwisa

Kwala kutena kudikisa athu kuma wala ni mwenyu wonene, wabolo

Ngisota suku ni mwanya, mu izwa yoso, ndu mwene mu maxokololo

Ma ngongo iyi mutwala, omukonda dya kukala hanji kungixingidisa

Okubowela kwami anga ukala we hanji kudinyenga ku tandu, ufikisa

Kuma ngizeza, ngiditumbisa, ngidilendela hanji kala mutu kifwa mbolo!

Kulolese kulenduka kwami, mbata ki ngi mutu dingi kifwa wala wakolo

Utudisa maku mu polo wangene kana, ngi mutu ukala hanji mukudiswinisa

Mukumona kilunji kya mutu uzola kudibandesa ditala dya tandu ni kudijikisa

Mu jingoji ojyo kala jingonga jonene jatubuka jolotundisa kya makokolo!

NÃO QUERO MAIS

Não quero mais; eu já não quero mais lamentos/Não me tragas essa saudade q me faz chorar, morrer/Que me faz destruir a alma que tu embargaste, q a fizeste inchar/Não porque te odeio, não, mas porque t amo!

Não quero mais, eu ainda quero a liberdade/De ainda estar na solidão, embeber-me/Dessa desgraça aqui a meu lado que faz morrer!/Meu escasso amor por ti

Refaço o meu amor que afirmas ser podre/Pois minha personalidade me mostra/Como olhar-te de costas e isso faz supor/Ainda o meu ódio na alma que provou/A amargura da separação!

Disseste q aparento/Não ter sentimento; alguém que não pode decidir/Sobre o amor à sua frente q lhe suplica um êxtase/Mas não consegue olhá-la para dizer: te amo!

Não embargues o meu querer de agora que me fricciona/Que me retira minha antiga dor q me faz perder/Nas veredas de uma ausência da vida que faz falecer/ os meus definhados restos que me deixam pequeno!

Não quero mais caminhar onde o mau odor persiste/E que me sujara o corpo visto q me deixa /Com espirito extasiante que até me faz descer/No buraco q me espera desde a morte de quem amei!

Não quero mais seguir-te por desfidelados/Como louco à procura de quem me faça proteger/Para me levar onde haja vida, para fazer-me sair/ De onde ninguém me quer tirar, visto q alancei a podridão!

Para que ainda possa ter vida, estar sem lamento/Impeça-me de seguir-te aí onde vais! Faça ouvir/A minha voz aonde vais, para que possam fazer-me

extinguir a melancolia/Vós q tendes o poder de julgar quem carece de entendimento!

Não posso concordar contigo, visto que não te amo/ Pois não quero que te venhas a gabar de me queres deixar /Visto que tal situação me faz odiar-te e enoja/ Quem fica a chorar, por vaticinarem que foi a ti mesmo que eu escolhi.

Porque não tendes q falar, dizeis q estou podre!/Não quero q estejais a usurpar-me, extinguir-me/Os limites do amor, pois traís-me/Defronte dos meus inimigos; os que me querem ver sem liberdade/

Visto q me amam: amamos-te – dizem, por onde passo!/Mas o meu amor fugiu de mim, e a causa foi deixá-la/ Andar na rota do ciúme que sublima/ Sofrimentos, desgraça, reprimendas, assentimentos à madrugada!

Não me perguntes quem não consegue achar entendimentos/ Para unir-se a quem teima aprender amar e fazer sentir/ Que quem ama deixa o coração avolumado sem se extinguir/ Para poder mostrar à gente que tem vida que é dura

Procurro noite e dia, até aos confins/ Do mundo em que nos encontramos, a causa pela qual me extasias / E a minha apatia sublima, experimenta/ Visto que amoleço, incho-me, fermento-me como o pão!

Não faças provar a minha paciência, pois já não sou pessoa dura/ Q faz chegar as mãos no rosto de outrem! Sou alguém que se encoraja/ Ao ver a consciência de quem ama, sublimar-se e enclausurar-se/ Em prisões que aparentam caixas esburacadas por onde saíam desgraças!

FUCKIN` GLOBO III

Um grupo de criadores revoluciona a cena artística em Luanda



ADRIANO MIXINGE

Com uma proposta irreverente, totalmente alternativa, ousada e independente, doze artistas e um colectivo participaram, de 26 à 30 Janeiro último, na terceira edição da amostra multidisciplinar de arte “Fuckin` Globo III”, na cidade de Luanda (Angola), que contou com a curadoria de Kalaf Epalanga e João Ana.

Importa, desde já perguntar: sobre o que é que os artistas e criadores da exposição “Fuckin` Globo III” reflexionam? Quais são as suas estratégias? Que recursos estéticos e criativos utilizam?

Instalados em dez quartos, os artistas (Kiluanji kia Henda, Orlando Sérgio, Gretel Marin, Edson Chagas, Keyezua, João Ana + Elepê, Alekssandre Fortunato, Thó Simões, Ery Claver, Daniela Vieitas + Muamby Wassaby, Toy Boy e o Colectivo Verkon) usando à vontade caixas de objectos, pinturas murais, instalações sonoras e não só, cheiros,

video projecções, performances e ambientes situacionistas propõem uma nova ordem perceptiva, outra maneira de fruição estética e assumidas formas de questionamento da arte, dos valores sociais e políticos imperantes.

As obras expostas têm diferentes registos temáticos e imagéticos, apelam à uma série diversas de temas, mas, no geral, é evidente o altíssimo de soluções estéticas e criativas: com “Congolândia (o universo em desencanto)”, Thó Simões, no quarto 117 reinventa o exotismo e o passado mítico dos reis do Congo convertendo-os em elementos de um palimpsesto cultural indescifrável, texto mudo e nunca o suficientemente conhecido, alegoria do olvido e da castração, exemplo da deculturação.

Com a performance “Em pratos limpos”, no quarto 107, Daniela Vieitas + Muamby Wassaby recriam, simultaneamente, os constrangimentos que a falta de água provoca, como convivemos com a putrefacção de alimentos e das coisas, quão injusto é o mundo da arte e até que ponto lavar pratos relaxa, distrai e ajuda a pensar mesmo.

No quarto 111, Keyezua apresentou a obra “Nothing to declare” onde reutiliza tambores de gasolina, dando-lhes outra roupagem com pinturas do tipo naïf que retratam objectos ou corpos, sem necessidade de dizer nada mais que não seja a própria recriação de uma certa noção de natureza morta

ou, simplesmente, de figurativismo.

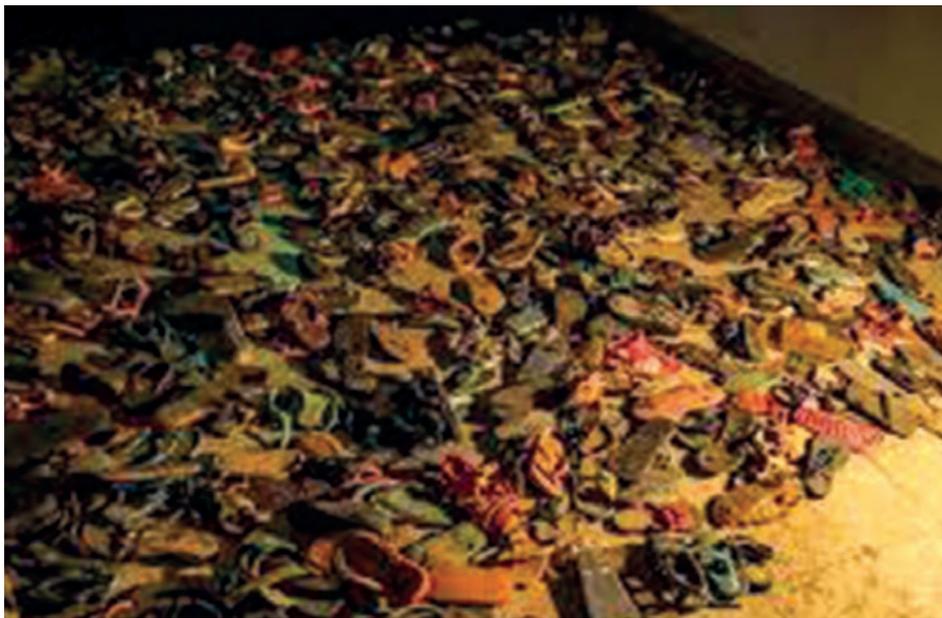
João Ana + Elepê com a instalação sonora “Realité, jamais” criaram, no quarto 112, uma atmósfera côm de rosa, inquietante, com ruídos que tiravam o espectador da realidade para sumi-lo numa irrealidade cheia de fumos e vapores.

No quarto 115, reconstruindo um cenário com intenções situacionistas, Edson Chagas, com a sua obra “Keep calm. Aprecia a vida” projecta imagens sobre um contexto revestido de cartão, numa obra que, apesar de ser menos caótica, faz recordar as construções de Carlos Bunga. Nas antípodas da encenação da obra de Edson Chagas, se situa a video-instalação sem título que Toy Boy coloca no quarto 116: chinelos, sapatinhos

e botinhas de crianças perdidas na estrada, abandonadas em qualquer lugar pelo desleixo ou fruto da fuga intempestiva dos lugares de fome, guerra e caos aparecem espalhadas num mesmo contexto, o da obra de arte, param incitar a refletir sobre a ausência e a perda.

No quarto 105, Kiluanji kia Henda e Orlando Sérgio apresentam, num ambiente avermelhado, a instalação performance “Túmulo de uma zungueira desconhecida”, em primeiro lugar, em alusão a zungueira morta pela polícia muito recentemente numa das ruas de Luanda, mas, em segundo lugar, recitando poesia angolana dos anos 50 e 60 do século XX obrigam-nos a evocar a história do lugar e da importância da quitandeira para, depois, em terceiro,





Instalação do artista plástico Toy Boy

unir a história dela, por via do título, ao “túmulo do soldado desconhecido” tão presente no período revolucionário de herança comunista.

Zungueira e soldado, eles, todos desconhecidos, são vítimas de sociedades aparentemente diferente, mas que, quando nos confrontamos com a crua realidade, funcionam com idealismos tão vazios e mecanismos totalitários parecidos. É fase a essa encruzilhada em que a pós-verdade floresce que, os artistas, colocam os espectadores para fazê-los refletir sobre quão distantes (ou não) estamos do tempo de partido único e, também, da necessidade de maior justiça social.

Além dos artistas e obras já comentadas, Gretel Marin expôs também a video-instalação “Mukúa divagaciones”, Aleksandre Fortunato a pintura mural “Coisas”, Ery Claver apresentou o video “Há um zumbido, há um mosquito, são dois”, o Colectivo Verkon e Kiluanji kia Henda colaboraram na instalação “Monochromatic rebel town”, um misto de fotografia, graffiti e video.

Mas, o que é realmente significa a exposição “Fuckin` Globo III”? O que é que este grupo de artistas pretende? O que é que consegue realmente?

Seríamos muito inocentes se pensássemos que o Globo à que o título da amostra refere é, nesse caso, sómente o nome do hotel que a alberga. Unido a expressão inglesa “fuck in” as alusões deixam de ser obscenas e passam a sublinhar uma mensagem que tem a sua origem, naquele ponto exacto da cidade para dirigir-se ao mundo e à global Art.

“From the people to the people... Fuck institution”! é o lema que inspira os artistas e, pela ausências de algumas das instâncias de mediação e legitimação artística, fascina o público luandense porque, entre outras razões, muitas das instituições vocacionadas em cuidar das criações não evoluíram o suficiente como para absorver as práticas artísticas emergentes.

Orfãos de uma crítica de arte séria e rigorosa, com “Fuckin` Globo”, os artistas decidem arriscar-se preferindo o juízo, como diria Rancière, de um “espectador emancipado” que, mesmo não sendo maioritário, está atento ao que vem acontecendo nos meios artísticos e gravita à volta dos seus

principais pontos de atracção oficiais e ou oficiosos.

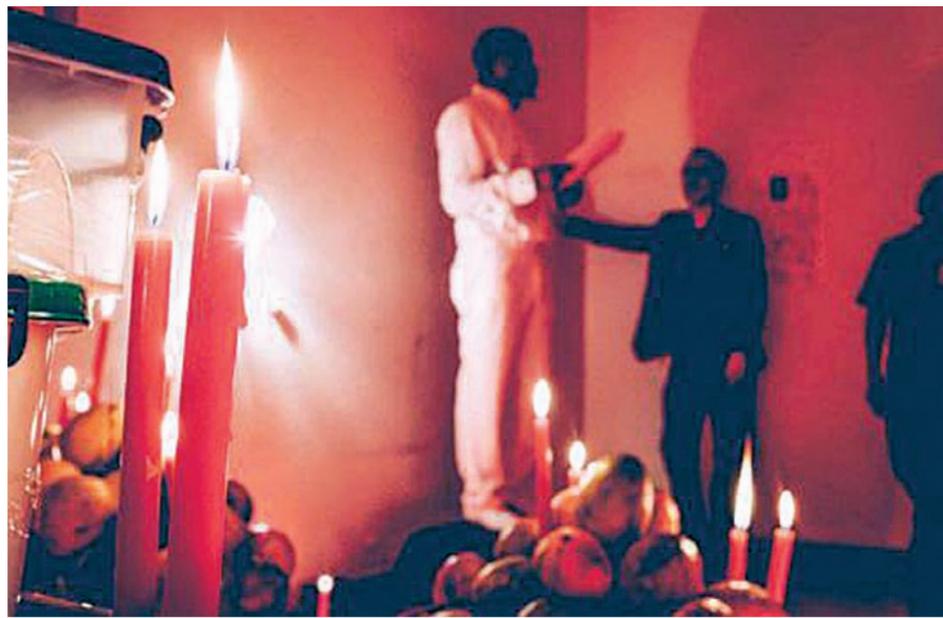
Quando a 22 de Dezembro de 2015 inaugurou-se a primeira edição da “Fuckin` Globo I”, já a artista Mónica de Miranda tinha realizado, de 4 de Julho à 27 de Setembro, a exposição “Hotel Globo” no Museu Nacional de Arte Contemporâneo do Chiado, cujas imagens podemos ver online em www.youtube.com/watch?v=YAS-tyoVQjCE.

Na instalação da Mónica há uma apropriação e questionamento do espaço tanto do ponto de vista simbólico como funcional, mas, os objectivos dos artistas de “Fuckin` Globo” vão mais além da dicotomia entre colonial e pós-colonial e entre autóctone e turista para marcar novas clivagens, por exemplo, entre oficial e oficioso, entre conservador e revolucionário, entre decorativo e reflexivo, entre dependente e independente.

Decididos e preocupados, os artistas de “Fuckin` Globo III” fazem tudo por esfumetar outros esquemas de dependência, intoxicação e condicionamento como os que podem existir, também, entre o artista e as instituições de arte e, sobretudo, entre a arte e o patrocínio político pouco esclarecido.

O resultado desta exposição é revelador: deixa bem claro que a arte angolana mais interessante e comprometida é aquela que está a acontecer e a desenvolver-se à margem tanto das iniciativas da União Nacional de Artistas Plásticos (UNAP) como as da Fundação Sindika Dokolo, instituições essas que, neste momento, independentemente da necessária função social que desempenham como chamariz de um público porventura mais conservador, tendem a converter-se, no geral e sem querer ser categórico, ao localismo mais retrógrado, mercantilista, reaccionário e oficialista.

No entanto, desde a sua primeira edição “Fuckin` Globo I” com a participação de seis artistas (Kiluanji kia Henda, Edson Chagas, Marcos Kabela, Orlando Sérgio e a dupla Globo 112), os artistas brandiram um credo criativo e uma estratégia expositiva sem limites: “Num ambiente claustrofóbico” a exposição pretende funcionar como “uma metáfora sobre a in-conformidade” face a um “planeta em



Arte de Kiluanji kia Henda em destaque na exposição



Daniela Vietas e Muamby Wassaky apresentaram “Em Pratos Limpos”

pleno caos” e “em acelerada mutação” pleno caos” e “em acelerada mutação” noticiava o Rede Angola citando as declarações de Kiluanji kia Henda, na sua página de Facebook.

Depois veio o “Fuckin` Globo II” e Orlando Sérgio, o conhecido actor de teatro que participa na primeira edição, desta vez, não o faz. Irina Vasconcelos, a estrela emergente de música Rock angolana e oito artistas mais (João Ana, Ery Claver, Keyezua, Thó Simões, Angel Ilhosvany, Kiluanji kia Henda, Elepê e Mwamby Wassaby) contribuem para a consolidação do evento.

Mas, em “Fuckin`Globo III” os artistas vão muito mais longe: rejeitam toda a relação de subordinação imposta pelo mainstream artístico de Angola (e não só), em que o artista obedece as teias condicionadoras do mercado da arte e as conveniências do “politicamente correcto” situando-se numa zona de conforto, que lhe permita sobreviver sem ruídos nem estridências. Os artistas desta exposição querem estar longe dos lugares comuns, assumem

compromissos claros com a realidade social e política em que desenvolvem os seus trabalhos e, consequentemente, as suas obras fazem parte de uma estratégia artística e são, também, actos que revelam uma cidadania engajada e comprometida.

Para quem terá visto a exposição ou, simplesmente, consultado a documentação sobre a mesma que aparece online, na página do facebook do Kiluanji Kia Henda, ter-se-á dado conta que, a terceira edição de “Fuckin` Globo III” não é, nos meios artísticos angolanos, uma exposição ao uso: situada à margem das instituições, privilegiando o papel criador e produtor dos artistas, revalorizando um espaço que foi nobre no tempo colonial, mas, passou a ser decadente no pós-independência e, sobretudo, visando um público sensível e conhecedor, marca uma reviravolta ainda maior no universo das profundas transformações criativas, artísticas e culturais que se vêm verificando, em Angola, durante toda última década.

FESTIVAL ANGOLA VIS A VIS ESTREITA LAÇOS COM A ESPANHA

MARÍA SENOVILLA |

Doze bandas angolanas, doze promotores de música espanhola e dois vencedores terão a oportunidade de girar pelos melhores festivais na Espanha no Verão. Este poderia ser o resumo da oitava edição do Festival VIS a VIS, que este ano foi realizado em Luanda. No entanto, esta iniciativa promovida pelo Ministério das Relações Exteriores espanhol, por meio da Casa África, vai um passo além.

Os laços apertados entre os dois países através da música, também abre a porta para a cooperação em outros campos. Assim se manifestou o Secretário de Estado da Cultura de Angola, Cornélio Caley, durante a cerimónia de apresentação, que teve lugar em 24 de Março na capital angolana.

"Estamos comemorando 40 anos de relações Espanha-Angola, relações que nunca foram interrompidas, mesmo nos momentos mais difíceis da guerra, e que agora se prestam para fazermos muito mais coisas juntos", disse Caley. Ao lado dele no palco do VIS a VIS, estava a embaixadora de Espanha, Julia Olmo, e o presidente da Casa África, Luis Padrón.

Foi o pontapé de saída de dois concertos vibrantes, que tiveram lugar na sexta-feira e no sábado no cinema Atlântico, uma construção dos anos 60, com um design tão impressionante como os ritmos começaram a tocar.

DOS HUMILDES BAIRROS DA CAPITAL

Estilos tradicionais, ritmos mais comerciais, afrohouse ou kuduro foram

alguns dos estilos apresentados perante doze promotores atentos, que constituíam o júri.

A chamada para o VIS VIS foi feita através da Internet, onde os artistas interessados, conhecidos ou estreados, se inscreveram durante a primeira quinzena de Março. Dentre eles, os promotores selecionaram um total de doze: AngoBoyz, Júlio Gil, Ângela Ferrão, Ndaka Yo Wini, Totó, ST, Black Soul, Wilson Canzaia, Legalize, Semba Muxima, Mito Gaspar, DJ Ketchup e Elenco da Paz.

A decisão não foi fácil. O nível foi elevado. E, nos corredores, cada um tinha o seu favorito... Finalmente saíram vitoriosos o Elenco da Paz e Totó St.

Os primeiros, com um show vibrante de kuduro em que, entre danças que roçavam a acrobacia, lançavam letras carregadas de mensagens activistas sobre a desigualdade social, a crise da vida quotidiana nos bairros pobres (de onde procedem os integrantes do grupo).

Totó St., entretanto, mostrou uma grande voz e um estilo mais pausado, enquanto acariciava a sua guitarra. Ambos são conhecidos da cena musical angolana, e seus seguidores, presentes alguns nos concertos do VIS a VIS, gritavam cada uma das suas canções do início ao fim.

O prémio: um contrato para actuar em pelo menos quinze festivais de música em Espanha. Sul-Pirinéus, ImaginaFunk, o Mar de Músicas de Cartagena ou o Festival de Jazz de Las Palmas serão algumas paradas que os esperam numa turné intensa de Verão.



Secretário de Estado da Cultura Cornélio Caley



Embaixadora de Espanha Júlia Olmo



Totó foi um dos músicos convidados do projecto



Membros da organização do concurso de música

“A ESCOLA NÃO PODE SUBSTITUIR A PASTORÍCIA”

ADVERTE O ESCRITOR MOÇAMBICANO CARLOS DOS SANTOS

ENTREVISTA CONDUZIDA POR
DANY WAMBIRE SOLETRAS,
DEZEMBRO 2016

“Se tu não estudares, serás um camponês ou um pastor de gado”, dizem muitos pais aos filhos. Neste livro, mostra-se que o campesinato e o pastoreio são tão importantes quanto frequentar a escola. Quer comentar?

Esta é uma falsa dicotomia (como todas as dicotomias, aliás). Não há uma contradição entre ir à escola e ser pastor ou agricultor. Em última instância, ir à escola não pode ter como objectivo deixar de ser camponês ou pastor de gado, e poder abandonar a aldeia e demandar as cidades. Ao contrário, o acesso à educação deve ter por objectivo fazer melhores camponeses e melhores pastores, e por aí fora, capazes de produzirem e de conservarem excedentes, para deixarem de viver na condição da sobrevivência. E criarem, assim, novas cidades, ali mesmo, onde as pessoas estão.

- A leitura e a escrita seriam ferramentas para aliviar a sobrevivência?

São, claro. A capacidade de leitura é a condição suprema da igualdade. Quem sabe ler, se quiser, pode comer as quantidades de fruto proibido que lhe apetecer! Mas para que as pessoas se interessem pela leitura, esta tem de assentar em conteúdos que sejam relevantes para elas. Enquanto uns podem aprender a ler através de histórias sobre a pastorícia, porque tal conteúdo é útil para eles, outros podem adquirir exactamente a mesma competência através de histórias sobre computadores. O que devem adquirir por igual é a competência da leitura, para que possam, depois, individualmente, aplicá-la onde lhes for mais útil ou onde for do seu interesse – seja na astronomia ou na mineração. Os conteúdos sobre os quais se efectua a aprendizagem dessa competência não é a essência da aprendizagem, é algo meramente instrumental.

- Voltando à primeira pergunta. Qual seria a responsabilidade dos gestores quando se verifica o desvirtuamento do real papel da escola?

O papel dos gestores é encontrar soluções para os problemas – e não andarem por aí a papaguear meramente os ideais, sem mostrarem como é que elas se produzem e se alcançam, a partir das circunstâncias vigentes. Para isso o gestor tem de encarar a realidade de frente, tal como ela é, e apontar caminhos como sair dessa realidade para outra que seja melhor, mais próxima do ideal.

Mas hoje vemos os gestores a juntarem-se ao coro dos que se lamentam

dos problemas! A generalidade dos gestores de hoje vive em estado de negação. Até baniram a palavra “problema”, e passaram a chamar-lhes desafios! Não é útil pretender substituir as circunstâncias vigentes por proclamações teóricas de intenções e desejos. Ora, nas condições de sobrevivência em que a maioria das pessoas vive, em que não há acumulação de excedentes que permitam sustentar pessoas que não produzam o seu quinhão, fazer condenações morais das consequências visíveis dessa pobreza material, apenas proclamando aquilo que seria ideal, é fútil. Não muda nada.

- Você diz que “Fazer condenações morais das consequências visíveis dessa pobreza material, (...), é fútil. Que caminho se deve seguir?”

Há que identificar e agir sobre as causas dessas consequências. É preciso ir à procura das causas dos problemas e promover processos que produzam as mudanças pretendidas nelas, com carácter permanente. Não é com distribuições pontuais de bens de consumo, que dão grandes reportagens no acto da entrega, mas se esgotam logo a seguir, que se muda alguma coisa. Ao contrário, dar-lhe peixe, mantém o pobre. Há é que ensiná-lo a pescar!

E processos sustentáveis, com impacto permanente, nunca vêm de fora. A mudança nunca é uma substituição de elementos, é, sim, a sua transformação. E isso só vem de dentro. É do ventre dos elementos negativos que deverão brotar os positivos. Não é uma questão de gostarmos ou não, de desejarmos ou não que seja assim. São as leis objectivas do desenvolvimento social. O que está mal combate-se com acções concretas, não com apelos e com mera retórica.

- Em jeito de conclusão, a escola não pode do nada substituir o garante do sustento da família?

Depende da qualidade e do volume das fontes de rendimento da família. No contexto da maior parte deste país rural, a escola não pode substituir a pastorícia (no caso da história) lá onde ela é a base do sustento das famílias. O acesso à aprendizagem tem de ser feito em simultâneo – e só esse acesso, depois, assegurará condições diferentes no futuro, produzidas por essas crianças de hoje para os seus filhos. Neste panorama é preciso encontrar soluções que vão ter com as crianças e não adoptar opções que afastam as crianças de algo que para elas não é uma escolha, que para as famílias é uma inevitabilidade corrente. É, em parte, por se estar a fazer isso dessa maneira que há níveis tão elevados de absentismo, de desistências e de reprovações como aqueles que se verificam. Não é porque os pais (agora) não prestam ou porque as crian-



ças (agora) são preguiçosas, é porque a opção (agora) é inadequada e os conteúdos abstractos. O objectivo não é discutível. Mas a maneira de o alcançar, essa, é-o! Aliás, o direito proclamado das crianças é à educação, não é ao acesso a um espaço designado escola (mas onde tantas vezes não ocorre educação alguma).

- O trabalho de pasto que o menino Zua e companhia exercem parece demasiado grande. Que mensagem pretende deixar, ao não condenar esta “exploração do trabalho infantil”?

Já disse que é fútil condenar verbalmente aquilo que está errado. Tem de alterar-se as suas causas. Propor-se soluções. É o que esta história faz. A proposta de encontrar caminhos alternativos à escola formal, para garantir o acesso à capacidade de ler e escrever a estas crianças que não podem deixar de pastorear, é a mais veemente de todas as condenações que pode ser feita – pelo potencial que isso tem para eliminar essa circunstância lamentável que é a privação do direito à educação do tipo escolar a tantos milhares de crianças, sem acesso à escola, umas, mas também que frequentam escolas, inúmeras outras. Fazer condenações verbais sem propor caminhos para a alteração da situação é que é, na verdade, não condenar, e é, ao contrário e de forma disfarçada, procurar manter o status quo, de forma (cnicamente) politicamente correcta. Não se condenam as coisas em si; tem, isso sim, de condenar as coisas

ao fracasso – através das medidas que se sugerem ou que se aplicam.

- Para resolver muitos problemas, no local de pasto, Zua vê a escola como um celeiro de conhecimentos. Isso não parece óbvio? Ou está-se a ignorar o real valor da escola?

As coisas não têm valor absoluto. A escola só tem valor enquanto, e na medida em que consiga transformar as pessoas (os seus valores, a sua maneira de pensar, a sua capacidade de fazer, o seu comportamento) e, por via de cada um, transformar a vida social. Se não o fizer, ou se o fizer para o pior, ela não tem valor só porque tem a designação de “escola”. As pessoas perseguem aquilo que sentem que lhes faz falta. E fogem daquilo que lhes é inútil ou nefasto. Um comportamento que se verifique em algumas pessoas apenas, é coisa de índole individual. Mas um comportamento massivo, como o são as taxas de absentismo, abandono e de reprovação (e a falta de aprendizagem daqueles que, ainda assim, permanecem na escola) revela lacunas do sistema. Revela que os destinatários, massivamente, não lhe sentem o valor. É culpa deles? Ou será que o objecto perdeu o valor que um dia teve?

- “(...) querer ter razão, que é coisa que ninguém gosta de perder”, pág. 15. No livro, há lutas para se afastar das culpas e não perder a razão. Este é mais um dos estereótipos...

Uma história tem de conter mensagens subliminares, visto que parte fundamental da nossa aprendizagem de-

corre por via do subconsciente, sem ser rejeitada ou manipulada pelo filtro dos nossos interesses e ideias preconcebidas. Esta é, de facto, uma mensagem sobre a utilidade de fazermos introspecção diária, constante, da atitude de procurar em primeiro lugar em nós próprios o que é que podíamos ter feito diferente, melhor, para obtermos um resultado melhor – em vez de, como é comum, procurarmos apontar culpados para cada coisa, sem sequer reflectirmos. Para a generalidade das pessoas fazer isso é um acto reflexo. O mais importante para uma vida bem-sucedida não é tentar ter razão (a todo o custo – e, por causa disso, perseverar no erro), o mais importante é procurar sempre conhecer e fazer a coisa certa.

- Os irmãos Zua e Mwedzi utilizam o mesmo kit de material escolar, em turnos diferentes. Mostrar isso pode acabar com vitimização, como a de um menino não poder frequentar a escola porque é pobre?

Há dois tipos de “custos” de educação. Os custos do serviço, que são a matrícula, os livros, o uniforme, e similares – que no caso de Moçambique não são limitativos (o ensino primário é gratuito – não se pagam propinas, os livros (quando os há) são de distribuição gratuita, e mesmo quando a escola requer uniforme, nenhuma criança é impedida de frequentar a escola por não poder comprá-lo). Mas há também os custos de oportunidade – que são exactamente estes de que se fala na história: a impossibilidade de deixar de contribuir para o sustento próprio e da família, para ir à escola. A fome é a mais letal de todas as doenças. Quem não comer durante um mês morre, e quem come mal padece de múltiplas enfermidades, que minam qualquer efeito da frequência da escola. Essa pobreza é real, existe e está amplamente disseminada. É um problema, não é um desafio! E quem esteja inadequadamente alimentado é claro que resultará também intelectualmente afectado, empobrecido.

- Esse parece ser mais um dilema! Que saídas se podem oferecer às crianças nesta condição?

Não, não há dilema nenhum, porque não há que escolher um ou outro, há que encontrar uma maneira de conseguir fazer ambas as coisas, E há maneiras para tal. Não sendo financeiramente possível (nem sustentável, nem acertado) fornecer subsídios de sustento familiar aos milhares de famílias que vivem em condição de sobrevivência (agricultura, pesca, pastorícia e todas as outras) há que encontrar formas e mecanismos de assegurar a essas crianças o acesso a educação do tipo escolar sem as retirar da sua fonte de alimento – como esta história faz. Não é a criança que tem de ir ter com a escola, é a escola que tem de ir ter com a criança. Tem de ser flexível, de se adaptar. Não pode ser essa máquina burocrática inflexível que é.

Porque oferece obstáculos evidentes, e implica limitações óbvias, uma criança mal dormida e cronicamente



mal nutrida, ter de caminhar dez quilómetros para chegar à escola e voltar todos os dias, quantas vezes debaixo de chuva. Chega à escola exaurida. E a casa também. Porque o acho elucidativo sobre esta matéria, recomendo a leitura de um texto da minha lavra que foi publicado no relatório anual do UNICEF “Situação Mundial da Infância” de 2002, com o título “O Professor Anónimo”.

- O professor evita a superlotação da turma, com medo de produzir uma geração de incompetentes, de maus professores e não só. Essa mensagem não deveria ir directamente para os nossos gestores de educação?

A escola é um espaço delimitado: uma quantidade e qualidade de conteúdos pré-determinados, que requerem métodos específicos, os quais implicam uma certa quantidade de tempo, o que coloca restrições ao número possível de alunos para que ocorra aprendizagem. E, como qualquer outro espaço delimitado, tem uma capacidade restrita. Inultrapassável. Jamais caberão dois litros num recipiente de um litro. E se, negligenciando esse conhecimento elementar, para lá insistirmos em despejar, inconscientemente, na mesma, esses dois litros, o recipiente continuará a conter apenas um litro, entornando-se o outro litro, que, por isso, se vai espalhar e, assim se vai não só desperdiçar como também conspurcar o espaço à volta do recipiente, degradando-o, erodindo-o.

Esta mensagem deverá ir para todos os actores da educação: os gestores, os psicopedagogos, os professores e os próprios pais. A sociedade não é composta por gestores, é composta por todos os tipos de cidadãos. Os gestores não veem de fora do país, saem das famílias – são cidadãos, psicopedagogos, são professores e são pais. Por isso não podem ser diferentes delas, ter valores distintos. Eles são um mero espelho da sociedade que os produz.

- Os pais e/ou encarregados de educação tem alguma responsabilidade na superlotação das turmas?

Não. Essa é pura matéria de gestão e quem gere as escolas não são os pais. É verdade que os pais, apesar de verem a escola já a transbordar, reclamam que querem os seus filhos todos nessa mesma escola – sem, contudo, fazerem nada para que antes a escola amplie a sua capacidade. São os mesmos pais que, depois disso, vão reclamar que não se aprende nada nessas escolas. Ou seja, é-se preso por ter cão e por não ter. As pessoas querem todas, tudo, ao mesmo tempo, isto é, já. É verdade, os mesmos direitos assistem a todas as pessoas imediatamente. Mas as condições têm de ser produzidas para assegurar o usufruto de pelo menos parte desses direitos (concretamente os direitos económicos, sociais e culturais – é exactamente essa a razão pela qual estes constam de um tratado distinto dos direitos civis e políticos que, esses sim, são instantâneos). E o que produz essas condições são os deveres que cada direito tem no seu reverso. Só se pode distribuir aquilo que se tem. Se não se produzir primeiro a riqueza, só se pode distribuir pobreza. Acresce que enquanto se estão a produzir as condições imprescindíveis para se poderem materializar os direitos, muitas vezes se está privado deles (porque elas, essas condições, ainda não existem). Mas a responsabilidade de organizar a produção dessas condições e de planificar o crescimento em conformidade com elas, é de quem gere. Foi para isso que a sociedade instituiu os governos.

- Carlos dos Santos é um dos poucos escritores moçambicanos que se dedica à literatura infanto-juvenil. Quais são os desafios deste tipo de literatura?

Esta matéria é complexa e requer uma resposta extensa, que não cabe aqui. Discorri sobre ela em duas intervenções: “Elogio da Infância” (publicado em 2013 no Magazine Independente (05.03.13) e na Literatas 49 e 50 (Novembro 2012 e Janeiro 2013), e “Escrever a História do Futuro” (publicado na SOLETRAS 35 (Novembro de 2016) e n’O País (29.11.2016). Eu resumiria a questão a isto: não se es-

creve para crianças; escreve-se como criança. E isso não é fácil. É raro, mesmo. Uma obra exemplar nesta matéria é “O Meu Pé de Laranja-Lima”, de José Mauro de Vasconcelos. Quem escreve para crianças, está a escrever na condição de adulto, mas o mundo dos adultos fala noutra língua que não é a das crianças. Por isso é que a sociedade as manda à escola: para aprenderem a linguagem dos adultos, para se poderem tornar adultos. E, logo, aquela literatura, na verdade, não é para crianças, é de adultos antigos para adultos novos. Ora, os que fazem isso, não me parece que sejam poucos actualmente: acho que há já muitos adultos a escreverem histórias “para crianças” no país. Mas muito poucos a escreverem como crianças.

Os Pastores de Letras é um conto que fala de uma aldeia onde “havia um mistério, de que até hoje se fala, e que ficou conhecido em toda a região como o milagre dos Pastores de Letras...”. Trata-se de um grupo de meninos, muito comum em Moçambique, que, por terem de ir para os pastos com o gado da família não podiam ir à escola e, por isso, estavam privados do usufruto do seu direito à educação escolar. E, assim, estavam destinados a crescerem sem saberem ler nem escrever. Ou será que conseguiram trocar as voltas ao destino e conseguiram aprender?

O livro, tem 56 páginas, e é ilustrado por Rajau de Carvalho.

O conto é o número 2 de uma colecção designada “As aventuras de Zua & Mwedzi”, que visa levar ao leitor infanto-juvenil uma série de temas educativos de forma lúdica. O tema desta obra é a importância da escola.

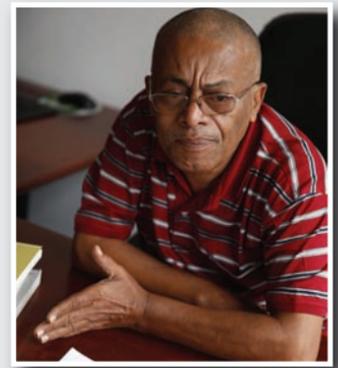
Para além de livros de cariz didáctico, Carlos dos Santos é também autor de vários livros de literatura infanto-juvenil, nomeadamente “O Conselho” (2007), “Os Frutos da Amizade” (2008), “As Cores da Amizade” (2011), “Um Passeio pelo Céu” (2012), “O Mundo e Mais Eu” (2013), “O Caçador de Ossos” (2013), “O Bichinho da Curiosidade” (2014) e “O Passeio das Espécies” (2015).

(carlossantos310162@gmail.com)

PRIMO NARCISO

(III parte)

CONTO DE ANTÓNIO FONSECA



Correram as primeiras noites pachorrentas sufocadas pelo calor. Logo pelas cinco da manhã, também ele, Narciso, ali estava na formatura para lhe serem atribuídas as tarefas pelo capataz. Como resistiria ele às noites mal dormidas, ao trabalho intenso, ao chicote, à pouca e má comida... – interrogava-se intimamente o Narciso. – Como poderia suportar tanta humilhação?

Homem nascido e crescido no mato, não obstante os anos que passara no estabelecimento do Padrinho Rui, não perdera o tino daqueles que, como ele, desde cedo aprendem a orientar-se pelo sol e pela lua. Não admira pois que, de soslaio em soslaio, rápido Narciso tivesse descoberto as trilhas dos naturais e as direcções a que levavam.

E foi assim que, numa bela noite, depois de recolherem à camarata, sem que tivesse confidenciado qualquer palavra aos companheiros de infortúnio, muita gente do sul, partiu de abalada. Numa mão levava um pau feito cajado e na outra uma catana com que abria caminho ali onde era necessário. De cautela em cautela, de mato em mato, evitando cruzar-se com alguém durante o dia e respeitando os hábitos dos animais durante a noite, não fosse ser atacado por algum, chegou primeiro ao litoral, atravessando as plantações de cana-de-açúcar e os palmares depois, não tardaram muitos dias para exultar de alegria: ao longe via erguer-se uma chama, pela direcção em que seguia, era seguramente a da Refinaria.

Seguindo pela beira-mar, ludibriou primeiro o controlo da polícia à entrada do Cacucaco e, depois, à entrada da cidade. Esgueirou-se pela ladeira da Boavista e, subindo pelas barrocas, penetrou no Sambizanga onde passou a viver com um tio que há vários anos emigrara para Luanda. No princípio, alguns pensavam que fosse maluco, outros pensaram que talvez tivesse o tique de levantar e baixar a cabeça mas, na verdade, não era nem uma nem outra coisa. Simplesmente, levantava e baixava a cabeça em saudação a quem passasse, chamando tio ou tia a uns, avó ou avô a outros, e mano ou mana a outros ainda, conforme as idades, tal como era de hábito das terras de onde viera.

Da incompreensão inicial e do gozo dos rapazes da sua idade, rapaz calado o Narciso, que passava os dias à porta de casa, não fosse apanhado numa rusga dos “Xipela Njipe”, os famosos sipaios que ajudavam a polícia, entrou nas referências do bairro e granjeou amizades, quando um dia deixou cair por terra a fama de Man Kidí.

Man Kidí era um kota cheio de músculo; cheio de peito. Era um indivíduo famoso no bairro, que batia todo mundo. Não era só fama. Batia mesmo.

Certo dia, estava o Narciso no seu lugar habitual, enquanto os miúdos jogavam à bola num terreno baldio e um dos rapazes, ao rematar para a baliza, feita de dois montículos de pedras e uma trave imaginária (é claro que a altura da baliza era calculada de acordo com o interesse de cada equipe no caso e no momento, o que de resto muitas vezes dava em briga e fazia acabar o jogo), a bola foi bater no Man Kidí que por ali passava.

– Quem me atirou essa bola? – Man Kidí prendera a bola e vociferava. – Quem me atirou essa bola? – Dirigia-se Man Kidí aos miúdos. Entre estes, comentavam:

– Xé Afonso... stás malé. Você atiraste a bola no Man Kidí?! Hoje é problema. Você vendeste a bola no Man Kidí?!

Mas, o miúdo, dos seus doze anos, talvez treze, arranhou coragem e foi ter com o Man Kidí:

– Bô tarde tio... desculpa. Eu é que chutei... e foi golo e a bola passou. Estou a pedir no Kota para me dispensar a bola e me desculpar...

Mas, Kidí, confiado como sempre, pega nas orelhas do miúdo, levanta-o, atira-o para o chão, dá-lhe dois pontapés, enfia-lhe duas chapadas e... o miúdo saiu chorando e correndo sem direcção até que se encarou com o Narciso que lhe perguntou:

– Kandengue, quem te bateu? Quem bateu?

– Ah, foi o Man Kidí – respondeu-lhe o garoto meio aos soluços.

Como é habitual nessas ocasiões, os outros miúdos vinham atrás do colega, uns agitando, “nós lhe dissemos pra não ir lá”, outros pedindo justiça: “Man Kidí bateu, Man Kidí bateu...”

– Quem é esse Man Kidí? – perguntou-lhes o desconhecido Narciso que, na verdade, nunca ouvira falar de Man Kidí, até porque só há pouco tempo chegara ao bairro.

– Vamos lá, eu vou conversar com ele – dizia o Narciso.

– O kota só chegou agora! Você não conhece... aquele bate quatro duma

vez... – diziam-lhe espantados os miúdos.

– Não... eu só vou conversar com ele. – Insistia o Narciso.

– Não vale a pena... ele não gosta conversa...

Entretanto, a família do rapaz também apareceu e insistia com o Narciso:

– Papá, não vale a pena. Não vai só; aquele não gosta de conversar...

Decididamente Narciso queria esclarecer o assunto. Pega então num dos rapazes e leva-o a acompanhá-lo. Atrás seguem os outros miúdos e os familiares. Chegam ao lugar e encontram o Man Kidí.

– Bô tarde senhor. Desculpe-me. Eu posso saber porquê que bateu a criança?...

– Quem é você? Quem é você? Queres lutare comigo?!

– Não, não vim lutar. Não vim fazer confusão. Simplesmente vim pedir informação porquê que bateu o miúdo. Ele está a chorar e está com dois galos grandes na cabeça – dizia o Narciso.

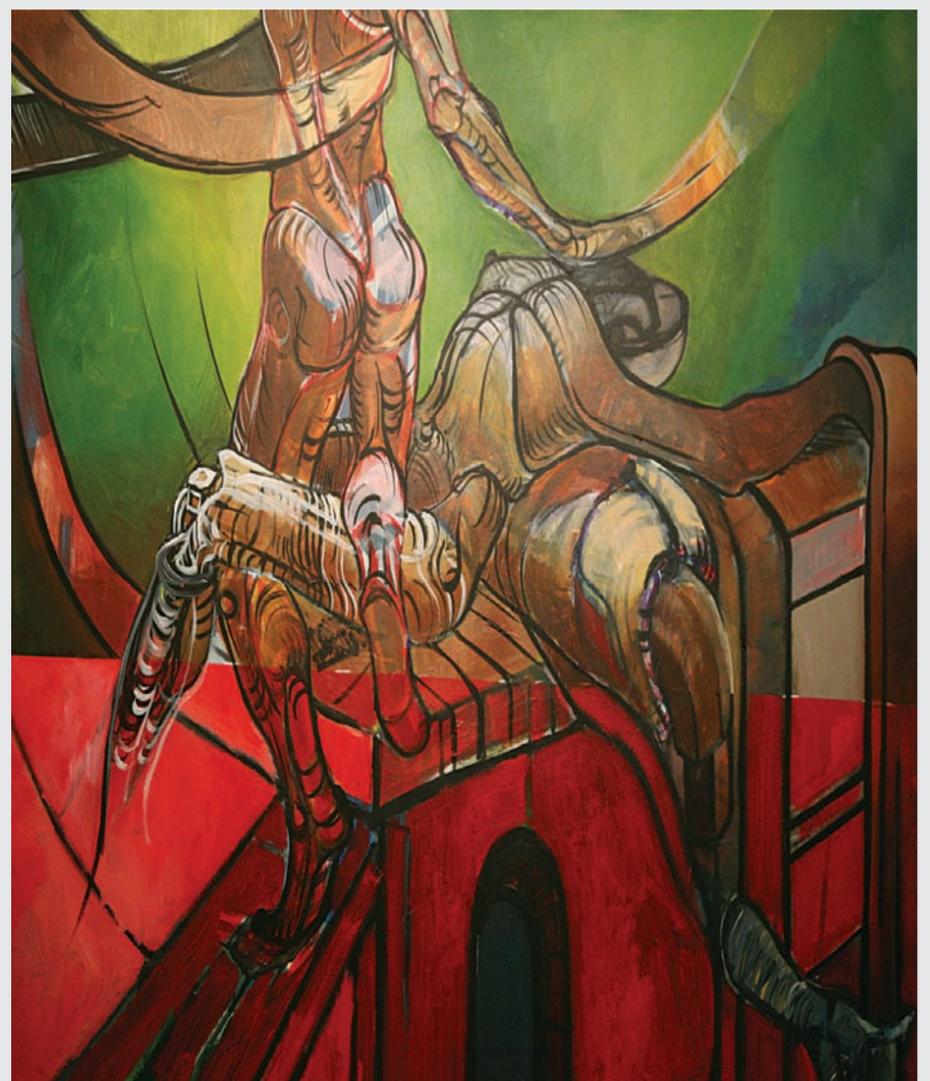
– Você não quer conversar; você quer palare; quer lutar... ripostava Man Kidí que, entretanto, ia tirando a camisa. Músculos?! Caixa? E Man Kidí fazia mexer os músculos do peito! Depois fazia mexer os músculos do braço enquanto dizia:

– Você nunca ouviu falare do Man Kidí?! Hoje vais lhe conhecer. Vô sô trenare... Quando acabare de trenare vamo se agarrare. Vô te pore na capanga; é isso mesmo: vô te pôre o pescoço no sovaco, vô te capangar, e vô te atirar no are. Vô enchere a tua boca com area que vás engolire. Para não se atreveres a falar muito, pá.

E Man Kidí sublinhava as palavras com gestos eloquentes que traziam temor a todos os presentes. Mas Narciso mantinha-se aparentemente calmo e indiferente a Man Kidí que, de tronco, nu fazia elevações de braços seguidas de cangurús: quinze cangurús e vinte elevações de braços fez no total. Agora, que nem um pugilista, saltitava de um lado para o outro em aquecimento e, depois, esticando os braços gritava:

– Agora tô pronto. Vamos bilare; vamos lutare.

(Continua no próximo número)

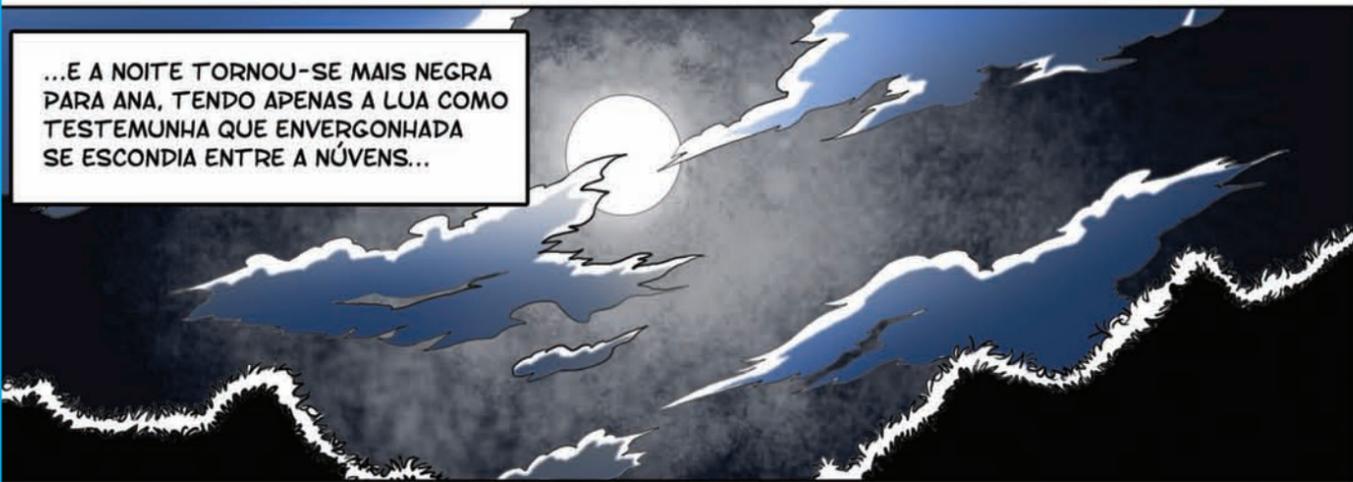


A GERAÇÃO DO HOLOCAUSTO

Nº 11

Desenhos e Artes finais: GILDO PIMENTEL
(Adaptado da história de Lito Silva)

ANA NTUMBA



...E A NOITE TORNOU-SE MAIS NEGRA PARA ANA, TENDO APENAS A LUA COMO TESTEMUNHA QUE ENVERGONHADA SE ESCONDIA ENTRE A NÚVENS...



NÃO CHORES TANTO PÁ NÃO TE TIRAMOS NADA QUE NÃO HAVIAS DE PERDER UM DIA!...

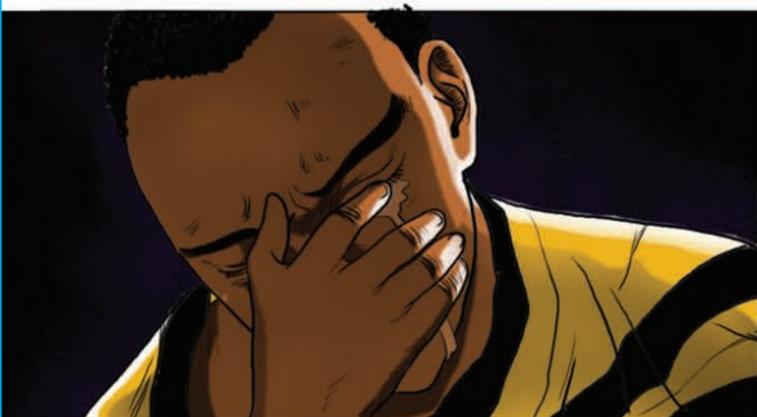
AH!, AH!, AH!



SEUS CÃES!
VOU MATAR-VOS QUANDO ESTIVEREM A DORMIR!
EU VOU...
EU VOU...



EU...

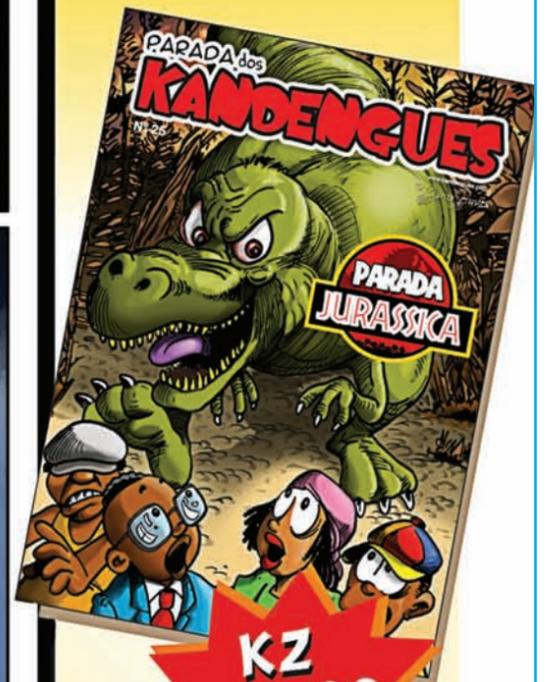


...EU NÃO VOU FAZER NADA!... EU SOU A PORCARIA DE UM ALEIJADO INÚTIL!

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO

PARADA dos **KANDENGUES**
© Sisma Comics
www.sismacomics.com

A PUBLICAÇÃO DA GAROTADA
A 18 ANOS
DEFILANDO ALEGRIA



KZ 500,00

NÚMERO 25.

COM A HISTÓRIA **PARADA JURÁSSICA**

VOCÊ PODE COMPRAR NOS SEGUINTE LOCALS:

- BAZAR SEDUÇÃO
- LIVRARIA MENSAGEM
- DISTRIBUIDORA AFRICANA
- INIC
- COLÉGIO AFRICANO
- COLÉGIO KAALI
- COLÉGIO JOAQUIM MENDES
- COLÉGIO ALBERT EINSTEIN
- COLÉGIO JÚLIO VERNE
- SUPERMERCADO GOURMET
- LOJA PALMAS
- MADE IN ANGOLA
- BARBEARIA MAIANGA